

ACTA DA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO

2ª

Aos vinte e seis dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e dez, reuniu a Assembleia Municipal de Mogadouro, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de Ilídio Granjo Vaz, Presidente da Mesa, de Abel Maria Barranco, Primeiro Secretário e de Maria Helena Pires Mendo, Segunda Secretária. -----

-----Para se verificar da existência de quórum, procedeu-se à chamada, estando presentes quarenta e nove elementos dos cinquenta e sete que constituem este órgão: -----

-----Ilídio Granjo Vaz, José Maria Preto, Domingos Alfredo Fernandes Amaro, José Augusto Paiva Lima, Abel Maria Barranco, Aníbal José Moreno, Sandra Carina Cardoso Teixeira de Sampaio Mesquita, Carlos Manuel Vinhais Conde, Manuel Alfredo Preto, Alfredo Augusto Ferreira, Belmiro Joaquim Mendes Ferreira, José Augusto Rodrigues Mendes, Américo Luis Amador, Maria José Fernandes Tuna Polónio, Ilídio Simões Martins, Maria Helena Pires Mendo, Osvaldo Augusto Morais Urze, Jaime dos Santos Gaspar, Luis Maria Mouro, Altino dos Anjos Aleixo, Ana Rita Marcos Carrasco, Bruno Alexandre Lagareiro Amador, Mário Humberto Afonso, Vitor Manuel Purralo Madaleno, António Luis Bernardo Martins, Ilídio Miguel Martins Rito, José Francisco Moreno, Ricardo Manuel Martins Cordeiro, Luis Filipe Silva Parreira em substituição de José Carlos Ferreira Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco, nos termos da alínea c), do artigo 38, da Lei – 5-A/2002, António Joaquim Valença, Luís António Rodrigues Fernandes, Francisco Joaquim Lopes, Abel Afonso Varandas, José Joaquim Moura, Carlos Alberto Sousa Reis em substituição de Luis Pedro Martins Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Peredo de Bemposta, nos termos da alínea c), do artigo 38, da Lei – 5-A/2002, Francisco Joaquim Familiar, Francisco Manuel Fernandes, Agostinho Joaquim Fernandes, Vítor Manuel de Oliveira Coelho, José Joaquim Pinto, Manuel António Preto, Belarmino Silvestre Pinto, Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Dulcíneo Augusto Rodrigues, José Francisco Bento Sanches Branco, Afonso Henrique Gonçalves, Manuel Maria Sousa, Daniel Joaquim Paulo e Manuel dos Anjos Garcia. -----

-----Foi justificada a falta aos Deputados Municipais Maria Zita Rodrigues França Costa, Antónia de Jesus Moura Cardoso, António Manuel Ramos Pimenta de Castro, Maria Eugénia Batista Mesquita

Cabanal, Manuel Luís Tibério e Carlos Manuel Lourenço Luis, Presidente da Junta de Freguesia de Travanca. -----

-----Não apresentaram justificação os Deputados Municipais Antero Augusto Neto Lopes e José dos Santos Carrasco, Presidente da Junta de Freguesia de Brunhoso. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, tendo por base a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

-----1.1 *Apreciação e deliberação sobre a Acta da Sessão anterior;* -----

-----1.2 *Informação da correspondência recebida e expedida;* -----

-----1.3 *Assuntos de interesse relevante para o Município;* -----

-----2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

-----2.1 *Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro;* -----

-----2.2 *Análise e deliberação sobre “Regimento da Assembleia Municipal”*-----

-----2.3 *Análise e deliberação sobre “Eleição de um representante dos Presidentes de Junta para a Assembleia Distrital”.* -----

-----2.4 *Análise e deliberação sobre “Designação de um Presidente das Juntas de Freguesia em representação dos seus pares para a Constituição do Conselho Municipal de Segurança de Mogadouro – Informação do Gabinete do Senhor Presidente”.* -----

-----2.5 *Análise e deliberação sobre “AOTAD – Associação de Olivicultores de Trás-os-Montes e Alto Douro – Rede Temática de informação e Divulgação – Pedido de Apoio”.* -----

-----2.6 *Análise e deliberação sobre “Actualização de Taxas, Tarifas e Licenças para o Ano de 2010. Informação da Divisão de Infra-estruturas e Equipamentos”.* -----

-----2.7 *Análise e deliberação sobre “ACÔA – Amigos do Parque e Museu do Côa – convite de adesão do Município como Sócio Honorário Fundador”.* -----

-----2.8 *Análise e deliberação sobre “ Designação de um membro da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Toponímia. Informação da Divisão de Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente”.* -----

-----2.9 *Análise e deliberação sobre “Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia. Proposta do Senhor Vereador com Competências Delegadas”.* -----

-----2.10 *Análise e deliberação sobre “ Designação de um Representante para integrar a Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal de Mogadouro”*. -----

-----2.11 *Análise e deliberação sobre “Constituição do Conselho Municipal de Educação”*. -----

-----2.12 *Outros Assuntos*. -----

-----3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** declarou abertos os trabalhos. -----

▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “propunha desde já um minuto de silêncio, pelas fatídicas mortes ocorridas recentemente na Madeira, peço a vossa compreensão. Muito obrigado. -----

-----Chamava para a mesa para nos coadjuvar a Senhora Deputada Helena Mendo, se fizer o favor. -----

▶ **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** apresentou de seguida o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos: -----

-----1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

-----1. 1 *Apreciação e deliberação sobre a Acta da Sessão anterior*:-----

▶ **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “a minha intervenção sobre a questão da acta prende-se com ..., da leitura que fiz de alguns pontos da acta verifico que há partes de assuntos, de intervenções que aqui foram proferidas na Assembleia, e respostas dadas pela mesa que não constam da acta, não só questões levantadas por elementos, pelo menos da bancada do Partido Socialista, que não constam, e depois respostas que foram dadas pelo Presidente da Mesa que também não constam, e falo por mim concretamente quando eu quis intervir em segunda volta sobre o Orçamento e Plano de Actividades, o Senhor Presidente chamou-me a atenção que não me daria a palavra, ou porque demorei muito para me inscrever, ou que deixei passar o tempo, eu reclamei e não consta nada na acta; além desses assuntos, outros assuntos que apresentados também por o Ilídio Martins, que de facto acabam por não constar da acta, e se não acredita nisso convinha ouvir a gravação, ou se a fita parou e não houve possibilidade da responsável pela elaboração da acta, da funcionária..., e se assim foi que de facto de futuro se tenha mais cuidado para que a gravação se faça. *(o Senhor Presidente da Assembleia interrompeu e disse: Senhor Deputado queira ser explícito diga o que é que falhou, quais foram as suas propostas porque aqui só pode haver uma de duas situações, ou falha no registo magnético, e mais nada do que isso, ou então há qualquer coisa que não corresponde à realidade dos factos, porque nós temos o cuidado de escrever tudo o que a banda magnética apanha, portanto a partir daí..., se calhar eu é que convido V. Exas. a ouvir a acta, vão lá à Assembleia Municipal e ouvem os registos todos, e vêem onde está a falha, se é na parte da escrita, se é na parte da audição)*, ao tentar colocar à votação eu

inscrevi-me para falar novamente, não está aqui nada referido, (*é provável que não esteja por deficiência...*) e também não está a resposta que o Senhor Presidente deu, (*não sei porquê temos que apurar*) mas não está, (*quando o Senhor quiser apareça lá e vemos isso em comum, é o que eu posso fazer*) está bem, está bem; por outro lado outras afirmações que aqui estão feitas, elas foram feitas da parte do Senhor Presidente e da parte do líder da bancada do PSD, essas ficam com vocês mas com certeza que vamos discutir esse assunto depois na aprovação do Regimento desta Assembleia, porque de facto são afirmações que eu considero extremamente graves para a democracia deste Concelho, por isso pode avançar que depois vamos discutir esse assunto na parte do Regimento”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “não me diga que temos que aprender democracia consigo. -----

-----Sobre a acta mais alguma objecção? -----

-----Vou colocá-la à votação. Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem vota a favor faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Aprovada por maioria, com zero (0) votos contra, duas (2) abstenções e quarenta e dois (42) votos a favor. -----

-----**1.2 Informação da correspondência recebida e expedida.** -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, naturalmente que houve todo o cuidado em enviar a correspondência, tive também o cuidado de enviar um documento que proveio da Assembleia Municipal de Vila do Conde, não sei se toda a gente leu, no sentido de recomendar ao Governo a criação de cinco Regiões Administrativas, e também uma carta que recebemos de agradecimento do Senhor Ismael, ex-maestro da banda de música a agradecer a Moção de louvor que lhe propusemos aqui na última reunião. Sobre este assunto alguém quer intervir? Então passamos para o ponto 1.3 – Assuntos de Interesse Relevante para o Município”. -----

-----**1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município;** -----

----- Tenho aqui uma Moção de Pesar e uma outra Moção que me chegou agora que vou passar a ler: -----

-----Moção de Pesar-----

-----Na sequência dos fortes temporais que assolaram a região autónoma da Madeira, dos quais resultaram uma cruel e impiedosa catástrofe natural, responsável pela destruição de infra-estruturas, pessoas e bens, a Assembleia Municipal de Mogadouro, não podendo deixar de se associar à dor, e desolação das famílias, que desgraçadamente perderam os seus entes queridos, deixando outras despojadas dos seus haveres, deliberou por unanimidade expressar ao Governo Regional e Assembleia Legislativa da Região Autónoma da

Madeira, como representante legítimos do Povo Madeirense, o seu profundo pesar e as mais sentidas condolências às famílias enlutadas por esta horrenda tragédia, exortando e encorajando V. Exas. a terem força, coragem e determinação que lhes é reconhecida, para reporem a normalidade a todos quantos orgulhosamente habitam e visitam a Madeira. -----

-----Sobre esta Moção alguém deseja intervir? Não querendo vou pô-la à votação. Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Aprovada por unanimidade. Desta votação daremos conhecimento às autoridades locais. -----

-----Uma Moção que nos foi apresentada agora: -----

-----Considerando: Que se têm verificado situações de excesso de zelo na aplicação do código da estrada por parte de alguns agentes do posto de Mogadouro da G.N.R.-----

-----Que igualmente se verificam situações discriminatórias em função da qualidade dos condutores e/ou dos proprietários dos veículos. -----

-----Que tal comportamento dos agentes vem criando algum clima de menos respeito pela corporação encarregada de zelar pela segurança de todos nós. -----

-----A Assembleia Municipal de Mogadouro delibera transmitir o conteúdo desta moção ao Senhor Governador Civil de Bragança e ao Senhor Comandante Distrital da G.N.R. -----

-----Mogadouro, 26 de Fevereiro de 2010-----

-----Alguém quer fazer alguma intervenção relativamente a esta Moção? Eu sinceramente por aquilo que li não compreendo bem o que é que ela pretende, mas da minha parte não há obstáculo nenhum. Alguém quer fazer alguma intervenção? Ou explicá-la melhor? Talvez ...*(ouviram-se vozes)* Eu pergunto alguém quer fazer alguma intervenção relativamente a esta Moção? -----

-----Ponho à votação. Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Aprovada por unanimidade. -----

(ouviram-se vozes) Isto não é assim, Senhores Deputados, eu perguntei, quando se apresenta uma Moção ela tem um autor, e o autor transpõe para o papel aquilo que quer efectivamente que seja aprovado, ou não aprovado; eu perguntei assim: relativamente a esta Moção alguém quer intervir? A parte final, eu compreendo-a perfeitamente, que é o que se pretende, a outra parte que é aquilo que a G.N.R. anda a fazer por aí por as estradas que não é bem aceitável por as pessoas, essa parte eu não a compreendi bem,

simplesmente eu associo-me também a ela. (*ouviram-se vozes*) Então mantemos? Está aprovada por unanimidade. Já agora se me permitem, se calhar não é extemporâneo eu tenho aqui uma outra proposta cujo autor sou eu, não há problema nenhum de o dizer aqui claramente, que me fere um bocadinho de não tomarmos uma oposição, não obstante de estarmos a milhares de km de distância, simplesmente a tragédia foi também desastrosa e acho que temos algum mecanismo para ela poder lá chegar, embora o seu simbolismo seja praticamente..., como é que hei-de dizer? Se calhar é tão longe que ela nem lá chega, mas pelo menos o nosso sentimento perdura. -----

-----Moção-----

-----A Assembleia Municipal de Mogadouro (Distrito de Bragança - Portugal), conhecedora da grande tragédia que afectou milhares de Haitianos, com mais de duzentos e dezassete mil mortos já confirmados, expressa a V. Exa., os mais sentidos pêsames pelas vítimas que sucumbiram por força do sismo do dia 12 de Janeiro e apela à Comunidade Internacional para que continue a envidar os maiores esforços na reconstrução do Haiti, devolvendo aos Haitianos a regularidade e normalidade das suas vidas. -----

-----Do teor desta deliberação será dado conhecimento a sua Exa. Senhor Presidente da República do Haiti: René Preval, Palácio Presidencial, Santo Domingo. -----

-----Se estiverem de acordo, coloco à votação. Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Aprovada por unanimidade. O nosso sentimento julgo que é o que conta, se lá chegar, chega, se lá não chegar, paciência. -----

-----Vamos abrir o período de antes da ordem do dia, quem deseja intervir faz favor de se inscrever, temos uma hora para este período, em princípio. -

► **BELMIRO FERREIRA** usou da palavra e disse: “pela primeira vez que intervenho nesta Assembleia gostaria de deixar algumas questões das quais gostaria de ver resultados muito brevemente, pois apesar da Lei que regula a actividade autárquica ser a mesma, existe uma separação de poderes clara, entre as Freguesias e o Município, pois tanto um órgão como outro tem definidas as suas competências próprias, as suas receitas próprias definidas em Lei e ambos têm receitas próprias do Orçamento de Estado, assim como existe autonomia entre órgãos as Juntas de Freguesia só respondem às minhas perguntas se assim o entenderem, mas acho eu que para que todos nós conheçamos melhor a realidade das nossas Freguesias, devia a Assembleia Municipal, na pessoa do Senhor Presidente desenvolver um inquérito a todas as Juntas de Freguesia sobre os mais variados

assuntos, dos quais aqui destacava algumas perguntas: Quais as Juntas de Freguesia que têm livro de reclamações? Quais as Juntas que ainda não alteraram o número fiscal de Junta de Freguesia, para Freguesia? Quais as Juntas que estão a cumprir o Decreto-Lei 411/91, declaração de não dívida às Finanças e à Segurança Social no pagamento a fornecedores? Quais as Juntas de Freguesia que estão a cumprir o Pocal? Ou em pleno século XXI ainda temos algumas de contas de merceeiro, de lápis e papel em vez de trabalharem com sistemas informáticos devidamente reconhecidos e certificados? Quais as Juntas de Freguesia que fazem o controlo de inventários dos bens pertencentes à Autarquia? Estarão as Juntas de Freguesia a cumprir as normas da contratualização pública, Decreto-Lei 18/2008? Alguma aderiu a alguma plataforma electrónica? As Juntas de Freguesia têm site de Freguesia, correio electrónico, ou telefone? Devíamos estar o mais perto possível do cidadão, devemos dar-lhe o máximo de transparência possível na gestão da causa pública, e hoje a internet é onde cada um de nós mais recorre para procurar informar-se sobre os mais variados assuntos que acontecem. Notícias, ou em busca de informação, estatística administrativa, fiscal e cultural sobre o mundo e principalmente sobre a nossa terra. Termino este ponto afirmando agora que nenhum dos órgãos autárquicos deste Concelho cumpre a Lei 2/2007, e vou citá-la no artigo 49: os Municípios devem disponibilizar quer em formato de papel, em local visível nos edifícios da Câmara Municipal e Assembleia Municipal, quer no respectivo sítio da internet, os mapas de resumo das despesas segundo a classificação económica e funcional das receitas segundo a classificação económica, os valores em vigor relativos a taxas de IMI e derrama sobre IRC, a percentagem da participação variável no IRS nos termos do artigo 20; os tarifários de água, saneamentos e resíduos, quer do prestador de serviço, seja o Município, ou um Serviço Municipalizado, uma Empresa Municipalizada, Intermunicipal, Concessionária, ou um parceiro privado, no âmbito de uma parceria pública ou privada, os Regulamentos das Taxas Municipais, o montante das dívidas, total das dívidas desagregadas por rubricas e individualizados os empréstimos bancários. As Autarquias Locais, as respectivas Associações e as entidades de sector empresarial local devem disponibilizar no respectivo sítio da Internet os documentos previsionais de prestação de contas referidos na presente Lei, nomeadamente os Planos de Actividade e os Relatórios de Actividade dos últimos dois anos, os Planos Plurianuais de Investimento e Orçamento, bem como os relatórios de Gestão, os balanços e a demonstração dos resultados, inclusivamente os consolidados, os Mapas de Execução Orçamental, e os anexos às demonstrações financeiras dos últimos dois anos, os dados relativos à execução anual dos Planos Plurianuais, (aqui vou dar os parabéns à Junta de Peredo de Bemposta na pessoa do Senhor Presidente que no ano 2007 cumpriu isto, mas depois esqueceu-se dali para a frente).

Sobre isto no futuro farei uma nova intervenção sobre um tipo de regulamentação. -----
-----Agradecia que quem critica tenha a coragem de vir aqui e dar a cara, por uma questão de respeito entre as pessoas. -----
-----Vou falar de um local que me é querido, onde eu nasci, onde tenho orgulho de viver até hoje, que é o Cardal, após a entrega pela EDP do Bairro da EDP em Cardal do Douro à Câmara Municipal de Mogadouro no ano de 1992, o lindo lugar onde eu vivo tem sido desprezado pelos diversos Executivos que têm passado por esta Câmara, claro que com o decorrer dos anos, e quando não se fazem obras de conservação a degradação vai-se acentuando, mas esquecemo-nos ou fazemo-nos esquecidos do tempo em que a Vila não tinha qualquer piscina e iam para o Cardal do Douro uma grande quantidade de Mogadourenses, e foi nessa piscina que aprenderam a nadar muitos dos jovens deste Concelho, pois de manhã era para aprendizagem e de tarde era para toda a população, falta solidariedade ao Executivo, pois sabe-se que esta infra-estrutura é necessária para muitas das aldeias em redor mas persiste em deixar degradar, gostava de saber porquê, e fico mais chocado quando duas unidades de turismo estão localizadas neste bairro e têm tido bastante sucesso na captação de turistas para o Concelho; é a porta de entrada no Concelho vindo da Europa, mas talvez isso não nos passe pela cabeça quando temos que decidir, porque infelizmente tem poucos votos, mas esquecemo-nos das empresas que criam riqueza e pagam impostos que revertem para o Município, e criam emprego, acho que este território devia ser alvo de uma grande atenção por parte da Câmara, pois no estado em que estão alguns equipamentos existentes no Cardal criam uma péssima imagem do Concelho; e tem-se visto o investimento que a Câmara tem feito na divulgação de algumas actividades desenvolvidas no sector do turismo e cultura a gastar por um lado para a captação e depois eles, os turistas, ficam com uma imagem algo pobre e não recomendam a visita de amigos e familiares a esta região, e todos sabemos se há sectores que vive muito da publicidade boca a boca é o turismo; e ainda para agravar a situação são esgotos a céu aberto, em 1971 isso já não existia no Cardal, e em parte da Vila de Mogadouro, o resto do Concelho ainda não estava coberto da rede de esgotos e respectivas ETARs. Deixo aqui a pergunta: quando é que vai ser colocada a Etar do Cardal, ou vai criar raízes onde está armazenada? Muito gostava de não ter que abordar este tema no futuro e que hoje mesmo me oferecessem a fotografia a dizer que eu ano distraído, mas talvez não seja eu que ando distraído, mas sim os Senhores Vereadores com os Pelouros sobre essa área, acredito que os Técnicos da Autarquia já recomendaram há anos a remodelação da rede de Água e de Esgotos e respectiva pavimentação, projecto sei que já existe há anos, mas talvez esteja esquecido numa qualquer gaveta. -----

-----Por fim tenho que acreditar que os autarcas em funções cumprem os compromissos que outros ex-autarcas do seu partido assinaram e publicaram em Diário da República, assim sendo vou ler algumas das linhas do alvará do loteamento 1/92: *«para efeitos de aprovação do loteamento, considerando (?) conforme a deliberação de 9 de Setembro de 1991 e para integração no domínio público são cedidos gratuitamente à Câmara Municipal os lotes 53, 54, 55, 56, 57 e 58 com seis habitações, bem como as infra-estruturas comuns do bairro com a obrigação da Câmara Municipal assumir os encargos de manutenção e conservação, são cedidos também à Câmara os lotes ES1, ES2, ES3, ES4, ES5, com os equipamentos destinados a piscina, campo de jogos, capela, escolas, e zonas verdes sob a condição da Autarquia manter os equipamentos funcionais ao serviço dos moradores do bairro e da área a lotear, suportando os respectivos encargos de exploração e conservação.»* -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “ Senhor Presidente quero saudar o seu regresso a estas lides, não porque eu goste de o ver neste Executivo, mas porque gosto de o ver de boa e feliz saúde. -----

-----Tive o cuidado de trazer para aqui o Regimento que ainda está em vigor e que diz o seguinte *«compete à Assembleia Municipal acompanhar e fiscalizar a actividade da Câmara Municipal»*, fiscalizar é a palavra que aqui está, não fui eu que a inventei. Li com atenção as actas do Executivo Municipal, surgiram-me três ou quatro dúvidas, na minha função de fiscal e aqui estou a pô-las; em primeiro lugar, sobre a actividade dos Senhores Vereadores, neste caso a folha que aqui tenho refere-se ao Senhor Vice-Presidente, Senhor Doutor João Henriques, gostaria que fossem mais explícitas (**fim da gravação na presente faixa da banda magnética**) se o Senhor Vice-Presidente esteve na entrega dos prémios do primeiro concurso de presépios, tudo bem, aqui está tudo dito, mas também esteve a prestar declarações como testemunha no processo 24/9 na Guarda Nacional Republicana de Mogadouro, suponho eu, na sua função de autarca, isto é que gostaríamos de saber o tema; também uma reunião com o Conselho Directivo, dizer sucintamente o que lá se resolveu, o que lá se passou, tanto quanto possível, recorde-me que noutras informações, concretamente numa há cerca de seis meses da actividade do Senhor Vereador Pimentel vinha mais explicitado do que está aqui neste caso concreto a sua, portanto se for possível, para esta Câmara ser informada. Duas ou três dúvidas que aqui me apareceram, que são: na sessão do Executivo de 2 de Novembro de 2009 o Senhor Chefe da Divisão Administrativa e Financeira respondeu o seguinte: *«informou o Senhor Vereador que não é prática usual a entrega de toda a documentação constante dos processos para a apreciação, nomeadamente fotocópias de todos os planos de segurança e projectos para análise»*. Eu pergunto-me, se não tiveram uma informação cabal e completa os Senhores Vereadores não poderão tomar posição, portanto

estranho que se responda que não é prática fornecer aos Senhores Vereadores, não distingo a quais, se é aos da oposição, se aos da situação, também não interessa para o caso, o que é certo é que devia ser fornecido a todos, sem qualquer discriminação, evidentemente, portanto estranho esse comportamento. Na reunião de 24 de Novembro aparece aqui aquisição de dois prédios urbanos, gostaria de saber quais são esses prédios urbanos, inscritos na matriz predial urbana sob os artigos 834 e 835, Freguesia de Mogadouro pela quantia de sessenta mil euros, uma questão de informação, se o Senhor Presidente ou alguém em seu nome nos pudesse dar essa informação. Na reunião de 8 de Setembro estranha-se um atraso nas obras de requalificação no largo do Convento de São Francisco; estavam paradas desde 21 de Agosto, isto em 8 de Setembro, não era assim muito tempo mas eram dez dias, se há alguma explicação para tal, ou se ela é curial também gostava de saber; e por último é uma situação que deixarei para outras núprias a seguir”. -----

► **JOSÉ LIMA** usou da palavra e disse: “ junto à estrada municipal que serve o parque de merendas em Penas Roías foi colocado um ponto de água que serve as populações que ali se vão abastecer do precioso líquido, chegou ao nosso conhecimento que a referida água não estaria em condições de potabilidade, contactados os serviços da Câmara fomos informados que o referido ponto de água não estava incluído nas análises que a mesma procede, pois teria sido feita à revelia daqueles serviços e como tal era desconhecida, contactados os serviços adjacentes para o efeito no Centro de Saúde fomos informados da mesma forma. Em face do exposto, e para bem das populações solicitamos a V. Exa. Senhor Presidente que o assunto seja rapidamente esclarecido, se as referidas águas estão ou não em condições? E que no futuro este ponto de água seja incluído no roteiro de análises periódicas que a Câmara efectua; lembremos que o referido ponto de água no parque é frequentado especialmente pelas nossas crianças. Se estivermos perante um caso de saúde pública com as consequências que poderão surgir convém informar quem de direito”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “a minha primeira palavra vai para a congratulação de termos mais uma força política entre nós a manifestar a sua opinião, a manifestar os seus desejos de melhoramento e desenvolvimento do nosso Concelho, parabéns à bancada do Centro Social pela vossa presença nesta Assembleia. -----

-----Congratulo-me também com as Moções que aqui foram feitas de carácter humanitário. -----

-----Ao Deputado Belmiro Ferreira devo dizer que ouvi e tomei nota da sua observação e vou estudar todo esse problema de acordo com aquilo que me é devido. -----

-----Ao Deputado Ilídio Martins relativamente aos documentos, concordo, devem ser fornecidos todos os documentos, tudo quanto seja para

informação e melhorar a capacidade de decisão acho que é bom, concordo inteiramente consigo. -----

-----Quanto às casas compradas, isso são as casas de São Vicente de Paulo, em que o Cónego apresenta prova da sua propriedade e portanto em vez de estar a subsidiá-lo de uma maneira diferente, comprámos-lhe as casas para ele poder fazer a casa paroquial, reconverter a casa paroquial, julgo que foi a melhor atitude, e a mais barata para a Câmara. -----

-----Quanto às obras do convento estarem paradas, creio que foi pela intempérie, creio eu, mas o Pimentel ajuda-me aqui a dar essa informação. -

-----Quanto ao Deputado Senhor José Lima, eu desconhecia este problema do ponto de água, vou saber o que se passa, e evidentemente que temos todo o interesse, interesse máximo e obrigatório de zelar pela qualidade da água a todos os níveis, inclusivamente nesse ponto de água que eu nem sabia que existia. Vou ver o que se passa e depois comunicar-lhe-ei.” -----

► **JOSÉ MOURA** usou da palavra e disse: “é um pequeno esclarecimento aqui ao meu conterrâneo Senhor Lima, Deputado do CDS. Aquele nascente é um nascente de água natural, está ali uma placa na minha carrinha, posso-lha mostrar já, e que diz água de nascente não controlada, por acaso foram feitas umas análises no Centro de Saúde, o Centro de Saúde informou-o mal, até foram duas, posso-lhas mostrar também, não há grande qualidade, claro que águas de nascente onde é que há águas potáveis, principalmente quimicamente, eu acho que não há nenhuma aqui na zona, eu prefiro beber água da fonte da vila, do que beber água da barragem de Penas Roíás, pelo menos sei que não me vão reciclar para me tirar o alumínio como aconteceu lá para baixo aqui há uns anos, pode ter a certeza, mas esteja descansado que esta semana vai lá ser posta essa plaquinha, até lha mostro agora à hora de almoço”. -----

► **JOSÉ LIMA** usou da palavra e disse: “ Senhor Presidente da Junta de Penas Roíás, eu registo a sua afirmação, que tem a placa para me mostrar, eu chamo-lhe a atenção da irresponsabilidade que o Senhor teve até ao momento, e teve tempo suficiente para colocar essa dita placa de água não controlada, porque o Senhor sabia que as águas não estavam próprias para consumo e já o devia ter feito há muito tempo, porque se passou o verão em que as crianças, e eu vi as crianças a abastecerem-se de água naquele ponto e chamei-lhes a atenção, e o Senhor se sabia e sabe que tem duas análises, o Senhor não pode dizer que tem duas análises porque o Centro de Saúde disse-me que não fez análises nenhuma à água, mas o Senhor está a colocar mal as pessoas dizendo uma coisa dessas, eu informei-me no Centro de Saúde e não foi essa a versão, porque é uma água não controlada pelo Centro de Saúde, e os serviços têm métodos, não são coutadas de caça, repare, o Senhor se tem essa informação já a devia ter colocado, *água não controlada*, que era a sua obrigação, não é deixar passar estes tempos,

porque houve uma fuga de informações, que o Senhor diz que já tem a placa para a colocar, isso já a devia ter colocado, porque o Senhor sabendo que a água não está em condições tinha o direito de evitar essa situação, não é vir para aqui dizer: *tenho a placa e vou colocá-la*, isso não é assim que se faz, o Senhor com os seus direitos de autarca, tem direitos e responsabilidades”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse: “vamos entrar no período da ordem do dia: -----

-----2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

-----2. 1 *Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo – alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro;* -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, depois de apresentado o ponto em apreço, e antes de dar a palavra à Câmara vou comunicar à Assembleia que a Senhora Vereadora da Cultura e Turismo teve a preocupação de nos avisar de que, por motivos de trabalhos com estagiários do curso de Turismo e Ambiente Rural não está presente, está noutros serviços oficiais.

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “devem ter lido todo este documento que lhes apresentei, e só queria fazer aqui um comentário à actividade do Presidente do Município, numa anterior Assembleia foi pedido, isto agora a propósito do que o Deputado Ilídio Martins disse acerca da documentação da informação, que eu entendo correcta, e que em determina altura nesta Assembleia foi sugerido que se fizesse um relatório acerca das actividades e das reuniões que nós temos fora, acho que isso era uma coisa maravilhosa, só que é preciso ter em conta que na realidade as reuniões são tantas, que é quase impossível fazer relatórios de toda essa actividade, isso traria uma carga de trabalho muito importante, de modo que quando quiserem informar-se estão aqui os dossiers na Câmara, com tudo aquilo que se passa nas reuniões, com tudo aquilo que se passa, mas escrito na respectiva reunião, que depois nos envia o respectivo relatório. Quanto ao resto, contabilidade, tudo está aí escrito, se quiserem fazer algum comentário, ouviremos.” -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “ Senhor Presidente da Câmara queria que esclarece-se esta Assembleia, é sobre o ponto abordado na sua agenda no dia 5 de Janeiro, em que refere que teve uma reunião com representantes da Douro Gás, e como este assunto do abastecimento do gás já se arrasta há mais de 4 a 6 anos, gostaria de saber se de facto há alguma possibilidade de isto ser desbloqueado, de ser implementado o abastecimento de gás naqueles bairros em que estão as infra-estruturas já prontas há diversos anos e portanto dar a possibilidade aos Municípios deste Concelho de usufruir desse bem que é muito mais barato do que aquele que consumimos em botijas. Gostaria que o Senhor Presidente desse a

informação a esta Assembleia em que ponto da situação se encontra a possibilidade de abastecimento de gás ao Município de Mogadouro onde ele for possível”. -----

► **ANTÓNIO PIMENTEL** usou da palavra e disse: “em relação ao abastecimento de gás à vila de Mogadouro, efectivamente já se arrasta há algum tempo, e arrasta-se justamente porque não tem sido um assunto fácil de resolver, foi do conhecimento público, porque ele saiu nos Diários da República em que esta Câmara abriu já um concurso público para adjudicação da exploração da rede de gás, esse concurso decorreu com normalidade, no final, se bem se recordam, tinha até um preço base para que a empresa que ganha-se teria que dar à Câmara, acontece que a empresa que ficou à frente depois pura e simplesmente desistiu; temos vindo, de então para cá a tentar arranjar nova solução estando neste momento em preparação um novo concurso, mas quero dizer antes disto que fomos abordados justamente nesta reunião pela Douro Gás que manifestou mais uma vez, tendo sido ela que ficou à frente e depois não avançou, vem agora com uma nova proposta, esteve aí ainda há relativamente pouco tempo uma pessoa conhecida de todos vós que hoje trabalha para a Douro Gás, ex-secretário de Estado do Governo anterior do Partido Socialista (?) em que inclusivamente em nome da empresa Douro Gás fazia uma proposta à Câmara Municipal com um protocolo, propôs um protocolo em que a empresa se comprometia, digamos, a unir as redes todas, a certificar o funcionamento da rede, tendo como contrapartida o abastecimento durante cinco anos, isto é sem qualquer proposta de mais-valias para a Câmara, naturalmente que a Câmara fez aquilo que lhe competia, pediu parecer jurídico à sua Jurista e a Jurista informou naturalmente que tendo sido já alvo de um concurso público o processo devia avançar e devia ser entregue novamente por concurso público; estamos neste momento a elaborar novo caderno de encargos baixando o preço base de atribuição da rede para ver se conseguimos que uma empresa tome conta do fornecimento de gás, de qualquer maneira dizer também que não é propriamente o interesse das empresas pelo gás propano, o interesse e aquilo que eu tenho sentido da parte das empresas é que querem rede porque estarão a tentar licenciar, isso será bom para Mogadouro, e o interesse é mais em termos de futuro do que de presente por causa do gás natural, e penso que estarão a trabalhar alguma coisa com o Governo no sentido de permitirem que esta zona seja fornecida com gás natural através de um depósito implantado algures na zona industrial, ou outro sitio que as empresas tenham que arranjar. A situação é esta, estamos novamente a desenvolver através do aprovisionamento o concurso para atribuição da rede de gás que a vila tem”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** disse: “vamos passar para o ponto **2.2 Análise e deliberação sobre “Regimento da Assembleia Municipal”**---

Como sabem e como consta do preâmbulo que introduzimos neste Regimento quando refere que nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 53º da Lei 5 – A/2002 de 11 de Janeiro, saída da alteração da Lei 169/99, de 11 de Setembro, é da competência da Assembleia Municipal **“elaborar e aprovar o seu regimento”**. -----

-----Se, porém, a Assembleia não fizer alterações, ou não aprovar novo Regimento, continuará em vigor o anterior, como resulta do disposto do nº 7 do art. 45 do mesmo diploma. -----

-----Trata-se de um poder próprio das Autarquias, poder este que emana do art. 241 da Constituição da República Portuguesa que consigna, expressamente, **“que as Autarquias locais dispõem de poder regulamentar próprio nos limites da Constituição, das Leis e dos Regulamentos emanados das Autarquias de grau superior ou das autoridades com poder tutelar”**. -----

-----O conteúdo deste Regimento não podia deixar de ser semelhante à versão do anterior, registando-se apenas algumas correcções de natureza ortográfica e redactorial, fruto do diálogo e das sugestões dos membros dos Grupos Municipais que participaram na comissão da revisão do Regimento, a quem antecipadamente se agradece a sua prestimosa colaboração. -----

-----Este grupo que foi liderado por esta Mesa e por um membro do Partido Socialista por delegação de representação, o Senhor Deputado Ilídio Martins; não tivemos o prazer de ter, conforme estava combinado, o Senhor Presidente do Grupo Parlamentar do CDS que por motivos pessoais não pode estar presente mas informou-nos, e que estaria solidário com as nossas decisões; apresentávamos portanto este Regulamento que é em todo semelhante ao anterior, há umas partes ortográficas, e eu passaria a ler, se assim entendessem, mais ou menos para se poderem situar, as alterações que foram feitas, penso que toda a gente confrontou o anterior e o novo e aí podia ver perfeitamente onde é que estas alterações residem, mas para sermos mais rápidos e mais explícitos eu tive o cuidado de fazer uma folhinha que passarei a ler-vos onde houve alterações, assim percorrido todo o documento pág. 9 art. 10 foi retirado “Tribunal de Círculo”, porque já não há Tribunais de Círculo ficou só “Tribunais”; pág. 12 art. 15, foi um dos que sofreu maior alteração, substituir “direitos e regalias” por “Impedimentos”, dado que logo o primeiro ponto não era um direito, era um impedimento, o nº1 mantém-se, o nº 2 passou para o nº 1 do art. 16, o nº 3 passa para a alínea i) art. 16 “ a um cartão de identificação conforme modelo oficial previsto na portaria nº 399/88 de 23 de Junho”; pág. 13 art. 16 nº 2 substituir “a daqueles” por “os daqueles”; pág. 14 art. 17 nº 2 substituir “prestígio” por “prestígio”; pág. 14 art. 17 nº 3 substituir “60 minutos” por “30 minutos”; pág. 15 art. 18 nº1 alínea a) acrescenta “da mesa”; alínea b) substituir “seu Regimento” por “o Regimento”; alínea g) substituir “assembleia” por “Assembleia”; pág. 19 art. 18 nº4 substituímos

“Conselho Local de Educação” por “Conselho Municipal de Educação”, que é agora a nova terminologia; pág. 25 art. 22 o nº6 foi eliminado por se considerar que não faz falta; pág. 30 art. 32 substituir “na alínea d) e g) a l)” por “ nas alíneas d), g) a l)””; pág. 31 art. 34 nº 1 substituir “reunir-se” por “reunir”; pág. 33 art. 36 nº 4 substituir “nº1” por “nº2”, porque não havia correspondência, tinha que ser mesmo o nº 2; pág. 34 art. 38 nº 1 substituir “normalmente” por “habitualmente”; pág. 36 art.41 nº 3 retirar “do presente Regimento”; pág. 37 art. 43 substituir “e” por “ou”; pág. 38 art. 45 nº 3 retirar “ se tal não lhe for possível no decurso dos trabalhos”; pág. 39 art. 46 nº 1 retirar “uma”; pág. 40 art. 47 nº 4 retirar “ dando cumprimento ao disposto na alínea g) do nº 2 do art. 9 deste regimento”; pág. 40 art. 49 nº 3 substituir “ cabendo a cada 5 minutos” por “cabendo 5 minutos a cada interveniente”; pág. 46 art. 56 nº 2 retirar “ na Casa da Cultura”; e ainda o art. 41 do novo regimento, período da ordem do dia, na pág. 32, porque me alertaram para isso, eu não tenho dúvidas nenhuma, mas que fique explícito o ponto 5 diz: Para intervir nos debates por cada ponto neste período será concedida a palavra a cada Membro da Assembleia que para tal se inscreva, no máximo 2 vezes podendo utilizar até cinco minutos, que é o que já vem da Lei anterior, no período de antes da ordem do dia podem-se utilizar até 5 minutos, e como a Lei não foi alterada, esperem que o seja ainda nesta legislatura. Vou colocar o regimento à votação (*ouviram-se vozes*). Naturalmente que querem fazer novas sugestões, vou dar a palavra a quem a pedir”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “*compete-me chamar a atenção que o Regimento da Assembleia não deve contrariar a Lei que rege as Assembleia Municipais, mais concretamente a Lei 169, com as alterações introduzidas pela 5-A, (fim da gravação na presente faixa da banda magnética)* já o nº 3 não está de acordo com a Lei, e eu vou ler o que é que diz o art. 48 da Lei 169, e por isso propunha que fosse alterado, e que fosse colocado de acordo com a Lei, refere-se à intervenção dos Vereadores para defesa da honra, o que está no Regimento proposto diz o seguinte: *os Vereadores podem ainda intervir no final da reunião para o exercício do direito de defesa da honra*, o que diz a Lei é: *os Vereadores podem ainda intervir para o exercício do direito de defesa da honra*, esta Lei foi alterada, porque anteriormente a primeira versão, de facto estava como está hoje no Regimento, a Lei foi alterada à volta de 2000 ou 2001, em que foi suprimida a palavra no fim da reunião, e por isso também aqui não deve constar no Regimento no fim da reunião, pura e simplesmente dizer os Vereadores podem ainda intervir para o exercício do direito de defesa da honra, porque estas questões quando se quer defender por alguma coisa que foi posta em causa, ou se defende na hora ou então não faz sentido depois no fim da reunião quando já ninguém está a ouvi-lo ter a possibilidade de se defender, por isso propunha à mesa que introduzisse esta alteração no

nº3 do art. 45 do Regimento agora proposto, por outro lado no art...., segundo creio, e este é um erro que a mesa na pessoa do Senhor Presidente costuma cometer, não sei se não seria preferível que aparece-se aqui na..., acho que é no art. 25, que as propostas sempre que apresentadas antes de ser votadas têm que ser postas à discussão, isso está mas é no que deve fazer o Senhor Presidente, em que diz pôr à discussão as propostas apresentadas e à votação, isso são os deveres do Senhor Presidente, isso de facto está, mas dá impressão que em certas situações..., e já hoje, neste caso o Senhor Presidente já queria pôr à votação sem pôr o Regimento à discussão, e faço lembrar o que aqui foi afirmado na anterior Assembleia em que o Senhor líder do Grupo Parlamentar do PSD, disse o seguinte nesta Assembleia, eu passo a ler: *neste momento o líder Parlamentar do PSD, Senhor José Maria Preto interrompeu para fazer um ponto de ordem à mesa e disse: as propostas são de imediato postas à votação no cumprimento do Regimento, não há discussão de propostas (ouviram-se vozes)* e depois no seguimento desta intervenção do líder Parlamentar do PSD, o Senhor Presidente da Assembleia disse: *é o que diz o Regimento, muito obrigado por esse contributo, de facto a mesa deve receber as propostas, lê-las e pô-las à votação, e vou pô-las à votação*; como vêem há dois entendimentos, numa altura acha que sim que se deve discutir, mas noutras acha que não se deve discutir; por outro lado nas competências do Presidente da Mesa que penso que é o art. 23, numa das competências do Presidente na alínea d) diz: pôr à discussão e votação as propostas, moções e requerimentos admitidos, ou há de facto um entendimento geral de que todas as propostas apresentadas antes de ser votadas têm que ser submetidas à discussão, alguém que as queira discutir, agora não pode ser cortado esse direito de discutir uma proposta apresentada por vontade do Presidente da Assembleia Municipal; por isso chamava a atenção para a alteração do art. 45 e para esta questão de que todas as propostas têm direito a ser discutidas antes de serem votadas”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente como fiz parte da comissão de alteração do Regimento da Assembleia Municipal, desta Assembleia sinto-me na obrigação de trazer duas achegas, em primeiro lugar queria, não é que isso seja relevante para o meu currículo, mas o que é certo é que não faço parte do PS, nem de qualquer outro, saí do PS em 1978, nunca mais, felizmente, digo eu, estive neste ou em qualquer outro partido, é só uma achega, mas tenho honra em colaborar com o PS nesta Assembleia, e tenho procurado e procurarei desempenhar as funções o melhor que posso e sei; participei, por razões que o Senhor Presidente sabe e que eu justifiquei, só numa das sessões para alteração do Regimento, devo realçar que essa reunião correu extraordinariamente bem, e porque é de justiça fazê-lo devo louvar o contributo para a redacção e correcção ortográfica e sintáctica que trouxe para este Regimento a actuação do

Senhor Deputado José Maria Preto, foi de facto esforçado, e com os conhecimentos que todos lhe reconhecemos deu um contributo notável para que isto fica-se redigido em português mais correcto. Não posso concordar com o preâmbulo quando se escreve que apenas se registaram correcções de natureza ortográfica e redactorial, não é um facto, não é facto porque o nº6 do art. 22, e eu tenho que dizê-lo aqui, porque me sinto comprometido com esta posição, porque aqui a tomei publicamente, o nº 6 do art. 22 do Regimento ainda em vigor diz correctamente: a lista a que se refere o nº2 do presente art., isto é a lista para a eleição da Mesa da Assembleia deve reflectir, se possível a proporcionalidade da constituição da Assembleia, eu nestes trabalhos preparatórios defendi que devia a mesa ser composta à imagem do que se passa na Assembleia da República por representantes de todas as forças partidárias, a minha posição não obteve vencimento, fui nitidamente derrotado, nem vale a pena dizer por quantos, o Professor José Maria lembra-se disso, mas continuo a defender que seria salutar para o bom funcionamento destas Assembleias que houvesse na Mesa representação de pelos menos os três maiores partidos, ou os três partidos representados, que é o caso da nossa, mas se houvesse seis ou sete, é evidente, a mesa só tem três não poderiam estar a parti-los para cada um se sentir representado lá, não posso concordar com esta parte do preâmbulo sugeria que fosse alterada, porque embora esta seja um alteração fundamental e as outras não tanto, penso que não reflecte o espírito do que se passou nessa reunião; quanto ao resto os meus votos de que o Senhor Presidente enquanto vigorar o novo Regimento, que espero seja aqui aprovado hoje nesta Assembleia, enquanto ele durar, enquanto não vier a tal alteração, que se está à espera já há muito tempo, mas que não depende de nós, depende dos Senhores Legisladores Centrais, isto é Senhores Deputados, enquanto essa não vier temos que nos regular por este novo Regimento, e espero corroborando as palavras do meu chefe Moreno, que de facto o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia cumpra mais escrupulosamente o que vem estabelecido no Regimento, no Regimento que estiver em vigor no momento”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “o Senhor Lima quer intervir? Pediu a palavra? (*ouviram-se vozes*) Então para que não nos acusem que as coisas não ficam na acta, é aqui, faz favor, aquele não funciona, como não funciona lá atrás, também diz o Regimento que os Deputados devem falar para a Assembleia e não de costas”. -----

► **JOSÉ LIMA** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente, eu fiquei agora um bocado confuso, queria que vossa excelência me explique o seguinte: o Senhor Deputado disse agora que não era do PS, que ajudava o PS, no fim acaba dizendo o meu chefe; queria que me explicasse qual é a situação do Senhor Deputado? Se é do PS? Se é o Chefe? Se não é? Se é independente? Eu sei que ele foi eleito nas listas do PS, agora vem dizer que

não é do PS, é renegar quem o elegeu? Pelo menos tenha essa dignidade, eu sou do PS, eu represento o PS, agora o Senhor vem dizer que não, depois já diz que é o chefe, esclareça-me por favor, muito obrigado”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “haver espírito de humor é sempre bom, aquele Senhor é um Deputado extraterrestre cuja proveniência política às vezes não se sabe, mas depois quando é preciso votar, está sempre lá, do lado de quem deve estar, por causa disso não se preocupe. (*ouviram-se vozes*) Quer? Não foi ofendido, temos uma ordem de trabalhos imensa, vocês até se encontram todos os dias no café, essa questão pode ser esclarecida lá. Então é assim, eu acho que relativamente às propostas que foram aqui apresentadas, aqui pelos distintos Deputados Municipais do PS, da minha parte acho que as considero extemporâneas pelo seguinte: tudo isto foi revisionado, e lá, estava lá um grupo de pessoas, discutiram profundamente estas questões, não concordaram, e por isso é que elas estão aqui presentes, portanto, o que é que eu posso fazer? Naturalmente, a questão foi colocada se vou perguntar à Assembleia se ..., o que eu trago aqui, o que eu vos apresento aqui é exactamente um trabalho que foi trabalhado nessa comissão de preparação, e nessa comissão de preparação nós por maioria decidimos retirar aqui no nº 3 do art. 45 a parte que já esteve retirada no anterior mandato, agora a questão que o Senhor Presidente do Grupo Parlamentar do PS colocou é que não está em consonância com o espírito da Lei de 2005, todavia da minha parte eu não vejo qualquer tipo de obstáculo que seja acrescentado, ou que não seja acrescentado, ou que se faça a transcrição da Lei, neste por acaso fala, mas já tenho lido alguns, a maior parte dos Regimentos até nem consta lá nada disto, na maior parte dos Regimentos que eu tenho lido, (*ouviram-se vozes*) nunca nenhum Vereador aqui foi ofendido, a sua honra nunca foi ofendida que não se lhe tivesse dado a palavra; quem permite que o Senhor Vereador possa intervir aqui nesta Assembleia é o Senhor Presidente da Câmara, ou então a requerimento, suponho que de 1/3 dos membros da Assembleia; a Assembleia tem que se pronunciar se ele deve, ou não deve, por maioria, acho que é assim, portanto se um Vereador por qualquer motivo se sentir ofendido, ele terá sempre a palavra. Relativamente a outras questões de ordem técnico política quem autoriza a intervenção do Senhor Vereador é o Senhor Presidente da Câmara ou por deliberação da maioria da Assembleia, penso que é isto que está escrito, portanto em relação à discussão das propostas, por amor de Deus, eu posso às vezes avançar no tempo dado algum nervosismo que possa acontecer na condução dos trabalhos, agora culpem-me que não ponho a debate as propostas isso é pequeno, é baixo (*ouviram-se vozes*) não está aí nada, as propostas são sempre previamente debatidas, agora há uma questão é que às vezes nós, ou os Senhores até querem que as propostas sejam discutidas depois de discutidas, ou seja as

propostas são discutidas e depois os Senhores querem rediscuti-las, então nessa altura é que se propõe à votação, agora as propostas desde que sejam recebidas por a mesa, eu pergunto: alguém quer fazer alguma intervenção sobre esta proposta? (*ouviram-se vozes*) Está aí? Está escrito? Mas isso é resultante de uma discussão de outra discussão. -----

-----Relativamente à questão que o Senhor Deputado Ilídio Martins colocou e que muito bem lá defendeu, foi da representatividade da Mesa ser..., haver alguma correspondência em relação à expressão eleitoral, bem ele tem todo o direito de a defender, mas também foi ultrapassada, nós não concordámos, e por não concordar é que a tirámos, por isso é que há as maiorias, quem tem a maioria tem que se valer dela, nós no trabalho que fizemos decidimos cortar, porquê? Por maioria, e cortámos por maioria, agora ele vem aqui a respaldar novamente, e tal, *eu tenho razão*, pois é capaz de ter razão, mas para isso também precisava de ter mais votos, agora com uma diferença abismal, temos a Mesa que temos, já tivemos uma Mesa que foi feita aqui de acordo com a proposta dele, desta vez o resultado eleitoral não foi assim tão expressivo, entendemos que a Mesa é esta, e é esta que vai ser, portanto meus Senhores isto em resposta à questão que foi colocada. -----

-----Passo à votação do Regimento, e o Regimento diz..., diz o Regimento e diz a Lei que quando... (*ouviram-se vozes*) entendemos que, se a Assembleia assim o entender, o entendimento foi esse, colocar na generalidade à votação, com esta rectificação toda que foi feita, se querem artigo por artigo, eu estou perfeitamente disponível, uma vez que eu informei convincentemente das alterações que foram feitas... (*ouviram-se vozes*), mas diga lá o que o Senhor quer que eu não entendo”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente não fiquei esclarecido se de facto o nº 3 do art. 45 é alterado, se não é, porque em função dessa proposta, se é alterado tem uma votação, se não for alterado tem outra votação, e por isso pergunto à Mesa se altera e coloca o nº 3 do art. 45 de acordo com a Lei, e aí estamos todos de acordo, ou então a votação sobre esse artigo será diferente, não concordamos, por não estar de acordo com a Lei. (*O Senhor Presidente da Assembleia interrompeu e disse para lhe dar a página da Lei*) pág. 288, art. 48 nº 5”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “ nº 1, 2, 3, 4 ficaram na mesma, e houve esta alteração no nº 5, *os Vereadores podem ainda intervir para o exercício de direito de defesa da honra*, efectivamente esta discussão não é de hoje, eu sou o primeiro a não querer ultrapassar a Lei, é exactamente a mesma coisa, o que está no Regulamento e o que está aqui é exactamente a mesma coisa, mas por uma questão de correcta interpretação eu não me oponho a que seja exactamente igual à transcrição que está na Lei, mas ponho à consideração da Assembleia, ou seja para mim o que está escrito, e o que está aqui é exactamente a mesma

coisa, porventura poderá haver quem pense em haver alguma distorção, espera aí, no final da reunião, mas porque não há-de ser no principio, ainda nunca houve uma situação nem de uma, nem de outra forma; concordam em que o artigo contenha exactamente o que está aqui no ponto 5 do art. 48 da Lei 5-A? (*ouviram-se vozes*) Então nós vamos fazer incluir exactamente o ponto 5. (*ouviram-se vozes*) Diga, faz favor!” -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente, isto é chover no molhado, ninguém pode ir contra a Lei, onde a Lei não distingue, nós não podemos distinguir, se a Lei não restringe o direito de defesa de honra, não relega para o fim, nem para o principio, nem para o meio, significa que pode ser exercido em qualquer momento, é evidente que por uma questão de eficácia deve ser exercido no momento em que a honra é atacada, em que alguém se sente ofendido na sua honra, porque só assim é que tem expressão a defesa, o Senhor Presidente não pode sequer pôr isso à consideração de ninguém porque o Regimento tem que se submeter à Lei geral, não há dúvida nenhuma, nem vale a pena estar a chover no molhado”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “ nós tínhamos exactamente o artigo como no mandato anterior, não mexemos nele, e isto foi objecto também de debate, e de várias interpelações relativamente a este ponto, a diferença está: no Regimento o Vereador atingido intervém no final da reunião, a Lei permite efectivamente que se houver umas palavras indecorosas relativamente a essa..., ou a qualquer um de nós, então possamos ter logo a ideia de que podemos reagir; não vejo inconveniente nenhum, vamos colocar a questão exactamente como está no ponto 5 da Lei. Vamos por o Regimento à votação, com esta alteração. Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Aprovado por unanimidade. Então temos o Regimento que na parte final diz: Este Regimento entra em vigor no dia imediato ao da sua aprovação”. -----

-----Vamos passar ao ponto **2.3 *Análise e deliberação sobre “Eleição de um representante dos Presidentes de Junta para a Assembleia Distrital”***-----

-----Eu queria dizer-vos que eleições deste tipo vão ser 4, e de acordo com o ponto 2 do artigo 48 quando uma eleição se refere a nomes de pessoas, comportamentos, qualidade de qualquer tipo de pessoa deve ser feita por voto secreto, todavia a Assembleia Municipal pode utilizar outro tipo de votação se assim o desejar, a mim compete-me alertar a Assembleia para esta questão, vamos proceder no mínimo a 4 eleições que fazem referência a nomes, nos termos da Lei a votação deve ser secreta o que significa que é por voto na urna, todavia por deliberação da Assembleia pode substituir esse tipo de votação por votação nominal, braço no ar como

aquela que temos feito; deixo à consideração da Assembleia.” -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente não tenho nada contra a forma de votação que o Senhor propõe e até achava que era muito mais rápido e muito mais eficaz, só lhe digo que a Lei não o permite; o ponto 3 diz: *utilizar-se-á preferencialmente a votação por levantados e sentados. Por proposta da Assembleia utilizar-se-á uma das outras votações constantes do ponto 1 do presente artigo*; o ponto 3 remete para o ponto 1, o ponto 2 não é referido no ponto 3, e o ponto 2 diz o seguinte: *Utilizar-se-á sempre o escrutínio secreto*”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “estou a colocar à Assembleia Municipal qual é a forma de votação que querem; para quê? Para que me digam, ou não me acusem de que o procedimento foi irregular; e eu vou ler o artigo 48, forma de votações, ponto 1 - as votações podem ser: a) por escrutínio secreto, alínea b) por votação nominal, alínea c) por levantados e sentados, alínea d) por braços levantados; ponto 2 - Utilizar-se-á sempre o escrutínio secreto, alínea a) para eleições, alínea b) para as deliberações sobre as matérias previstas no número 2 do artigo 10 deste regimento, que está ligado a percas de mandato; ponto 3 - utilizar-se-á preferencialmente a votação por levantados e sentados. Por proposta da Assembleia utilizar-se-á uma das outras votações constantes do ponto 1 do presente artigo, o ponto 1 que é composto por estas alíneas todas; eu coloco a questão à Assembleia, que se pronuncie, aliás na última sessão também tivemos um caso destes, e devo dizer mais, esta questão também foi acertada na reunião de líderes, disseram assim: *não há problemas nenhuns que eu vou fazer a proposta*, pergunto à Assembleia se querem que a votação decorra por votação secreta, ou não querem que seja por votação secreta, (o Presidente do Grupo Parlamentar do P^S, Senhor Aníbal Moreno disse: *cumpra-se o Regimento Senhor Presidente*), cumpra-se o Regimento é por votação secreta, não queiram pôr-me a mim agora na posição de Juiz, nós temos tudo preparado para a votação secreta”. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “acho que a Lei aqui é bastante clara, contrariamente à interpretação que faz o Senhor Deputado Ilídio Martins, e se me permitem voltar a ler novamente o artigo 48 que diz no ponto 1 - as votações podem ser: a) por escrutínio secreto, alínea b) por votação nominal, alínea c) por levantados e sentados, alínea d) por braços levantados; o ponto 2 diz o seguinte utilizar-se-á sempre o escrutínio secreto, alínea a) para eleições, alínea b) para as deliberações sobre as matérias previstas no número 2 do artigo 10 deste regimento, e o ponto 3 diz o seguinte utilizar-se-á preferencialmente a votação por levantados e sentados. Por proposta da Assembleia utilizar-se-á uma das outras votações constantes do ponto 1 do presente artigo, o ponto 1 do presente artigo tem 4 opções, por escrutínio secreto, por votação nominal, por levantados e

sentados, por braços levantados, destas quatro temos que escolher uma; é que esta questão, e eu falo pela experiência que tive enquanto Presidente do Grupo Parlamentar no anterior mandato, já não é nova esta situação de ficar combinada uma determinada situação na reunião de preparação e depois não se verificar aqui na Assembleia”. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “houve de facto uma reunião preparatória em Conselho de Líderes, e o membro representante do PS nessa reunião deixou lá claro, (eu não gosto nada de ver o Aníbal Moreno irritado com esta questão), não vale a pena, nós havemos de votar, e o Deputado Domingos Amaro nessa reunião disse que ele próprio apresentaria aqui a proposta no sentido de não haver uma perda de tempo (**fim da gravação na presente faixa da banda magnética**), a questão é essa, de facto o Domingos Amaro lembrar-se-á que assumiu connosco essa questão, é só uma questão de principio, e era à espera dessa proposta que a gente estava, mas se não apresenta, apresentamo-la nós, nós propomos que todas estas votações sejam feitas por levantados e sentados, (*ouviram-se vozes*) porque o Domingos Amaro de facto assumiu connosco esse compromisso, foi só isso”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “independentemente da proposta que foi agora colocada, eu vou só ler o artigo 24 do Código do Procedimento Administrativo relativamente a este ponto, o artigo 24 diz assim: *«formas de votação, ponto 1 - salvo disposição legal em contrário as deliberações são tomadas por votação nominal devendo votar primeiro entre os vogais e por fim o Presidente, ponto 2 – as deliberações que envolvam a apreciação de comportamentos ou de qualidades de qualquer pessoa são tomadas por escrutínio secreto, em caso de dúvida, o órgão colegial deliberará sobre a forma de votação; ponto 3 - Quando exigida, a fundamentação das deliberações tomadas por escrutínio secreto será feita pelo Presidente do órgão colegial após a votação, tendo presente a discussão que a tiver precedido; ponto 4 – Não podem estar presentes no momento da discussão nem da votação os membros dos órgãos colegiais que se encontrem ou se considerem impedidos»*, isto também é mais ou menos claro, mas eu não quero correr o risco de colocarem esse ónus em cima da Mesa, por conseguinte meus amigos, porque às vezes as responsabilidades não são assumidas, eu proponho-vos que a votação se faça por voto secreto, e para isso vamos proceder à chamada e proceder à votação do ponto que vou ler: **Análise e deliberação sobre “Eleição de um representante dos Presidentes de Junta para a Assembleia Distrital”** (*ouviram-se vozes*). -----

► **ALTINO ALEIXO** usou da palavra e disse: “já se leram aqui muitos Decretos, muitas Leis, e eu aconselhava o Senhor Presidente da Assembleia a ler as actas, as nossas actas, quando ele disse mais que uma vez, *quando a votação forem nomes de pessoas é sempre*, e repetiu, vão ver as actas

anteriores, que seriam sempre em votação secreta. -----
-----Outro assunto, nós aqui vamos deliberar sobre a integração de um Presidente da Junta na Assembleia Distrital, foi aqui nesta Assembleia discutido esse assunto, que quem vai ser eleito, ou designado neste caso, será um Presidente da Junta (o Senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu e disse: votado pelos Presidentes da Junta) votado pelos Presidentes da Junta, portanto perante isto, eu continuarei na sala, ou me retirarei mas não irei votar sobre este assunto”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “eu recebi uma proposta, todavia já tomei uma decisão, a proposta vinha no sentido de o ponto **2.3, 2.4, 2.8 e 2.10** serem postos à votação através da modalidade de sentados e levantados, esta proposta devia ter aparecido logo no início, não apareceu, acho que é considerada extemporânea, porque a mesa já tomou uma decisão, e nós sabendo os riscos que podemos correr, o procedimento, desculpem lá, vai ter que ser este, porque não somos todos sérios, parecemos; nesta votação apenas irão votar os Senhores Presidentes de Junta”. (*ouviram-se vozes*) -----

► **LUIS MOURO** usou da palavra e disse: “o Senhor Presidente da Mesa desculpe, mas deve estar um bocadinho distraído, penso eu, com esta confusão toda que existe, na verdade houve uma proposta pelo líder do PSD, não por escrito, mas oral, aqui mesmo, antes da decisão da Mesa, e eu acho que essa proposta do líder parlamentar, devia ser considerada em conta, e devia ser votada”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “agradecia ao Senhor Presidente que tomasse em consideração o disposto no nº 6 do artigo 90 da Lei 5-A”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “nº 6 - não podem estar presentes no momento da discussão nem da votação os membros do órgão que se encontrem ou se considerem impedidos, (*ouviram-se vozes*) claro, podem ir, podem sair então, mas antes de saírem a proposta do Grupo Parlamentar do PSD que propõe que o ponto **2.3, 2.4, 2.8 e 2.10**, seja postos à votação através da modalidade de sentados e levantados, e eu alertei que estas propostas têm que nascer logo no momento certo, mas também me alertaram a mim que o Senhor Presidente do Grupo Parlamentar teria feito ali ao microfone a proposta oralmente e depois passou-a para escrito; eu o meu dever é colocar a proposta à votação, e não tenho medo nenhum de a colocar, independentemente do que possa vir a acontecer, a única coisa que pode vir a acontecer é efectivamente alguém poder reclamar, que não acredito, a deliberação ser de nulo efeito, mais nada, a partir daí ninguém vai para a cadeia; temos o proponente da proposta interessado em usar da palavra, temos uma proposta... (*ouviram-se vozes*), o Senhor se quiser sair sai, a proposta diz respeito à Assembleia Municipal, a proposta diz respeito a todos os

membros da Assembleia Municipal, quando for para votar só vão votar os Presidentes de Junta; querem mais clareza na minha discussão?” -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “a decisão de apresentar a proposta..., insisto nisto, tem a ver de facto com o compromisso havido pelo representante do PS na reunião, que se comprometeu que faria ele esta proposta, e eu desafiei o Deputado Domingos Amaro a fazer a proposta tal como se comprometeu na reunião de trabalho”. -----

► **DOMINGOS AMARO** usou da palavra e disse: “na altura que estávamos a discutir isto, porque fui substituir o líder do Grupo Parlamentar, por sugestão do Senhor Presidente para haver poupança de tempo, eu fiquei de fazer a proposta, acontece que depois de ter visto aqui o argumento do Deputado Ilídio Martins, eu fiquei sem saber se havia de fazer a proposta, ou não, se isso for legal eu subscrevo a proposta do PSD, se for ilegal, eu não vou subscrever, acho que devíamos cumprir o Regimento, e foi por isso que não apresentei a proposta, depois de ouvir aqui..., porque não estava à espera que alguém do nosso Grupo Parlamentar viesse fazer essa intervenção antes do Senhor Presidente pôr à votação isso, como não estava à espera e houve essa intervenção, e depois devido àquele argumento, eu não fiz a proposta, mas se for legal eu subscrevo a proposta do PSD”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “antes de colocar a proposta, e não dou a palavra a mais ninguém, peço desculpa, eu só devo dizer, se vocês fossem às reuniões onde eu às vezes vou, onde o voto deve ser secreto e ao cabo de um minuto está resolvido aí não estavam com tantos problemas, inclusivamente matérias muito mais delicadas, não é ilegal; se a Assembleia Municipal por maioria decidir que deve ser por votação nominal, pode ser, a Lei o que diz é que quando faz referência a nomes, comportamentos de pessoas, e etc., deve ser..., todavia esta decisão não infringe a Lei, estejam descansados; se houver uma participação ao Tribunal Administrativo relativamente a este tipo de votação a única coisa que pode acontecer é voltar cá outra vez e refazer a proposta de acordo com as instruções do Tribunal, não há mais nada; eu vou pôr esta proposta à votação; o Grupo Parlamentar do PSD propõe que os pontos **2.3, 2.4, 2.8 e 2.10** sejam postos à votação através da modalidade de sentados e levantados. Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Temos duas (2) abstenções com o nome para ficarem na acta, o Senhor Deputado Altino Aleixo e o Senhor Aníbal Moreno. Esta proposta foi aprovada com expressiva maioria. -----
-----Senhores Deputados Municipais façam o favor de sair durante um minuto, ficam os Senhores Presidentes de Junta, e eu vou, de acordo com a

deliberação maioritária pôr à votação. (*ouviram-se vozes*) É uma votação dos Presidentes de Junta, aliás os Presidentes de Junta deviam ter sempre um representante na Assembleia. Votam os Presidentes de Junta, é uma questão que diz respeito aos Presidentes de Junta, e a informação que me deram por telefone é que deviam ser os Presidentes de Junta. Temos duas propostas... (*ouviram-se vozes*) já me fizeram essa pergunta. Não, não está, está omissa na Lei, não diz textualmente que deve ser, mas também não impõe, eu também tive essa dúvida e telefonei para dois ou três sítios, e disseram: normalmente é assim, mas já fizemos outras do mesmo teor, admito perfeitamente essa dúvida, para mim tanto podia ser de uma maneira como doutra, aqui no Regimento não diz, diz o ponto 6 do 5-A que quando a votação faz referência a pessoas que não pertencem, devem sair. Proposta A – o Grupo Parlamentar do PSD propõe como representante dos Presidentes de Junta na Assembleia Distrital os seguintes membros: Efectivo – José Francisco Bento Sanches Branco, Suplente – José Joaquim Moura; e temos, isto aqui não é bem proposta, a única coisa que nos diz é: Presidente de Junta à Assembleia Distrital Ilídio Miguel Martins Rito, é o que diz aqui, temos uma que é classificada com a letra A, e a outra com a letra B, vamos pôr à votação a proposta A, apresentada pelo PSD. (*ouviram-se vozes*) Temos a proposta A, e temos a proposta B, temos que votar uma de cada vez, eu não sei como é que vou fazer isto. Quem vota na proposta A faz favor de se levantar, são todos, podem sentar-se; Quem vota na proposta B faz favor de se levantar, são três, então foi eleito pelos Senhores Presidentes de Junta o Presidente de Junta José Francisco Bento Sanches Branco, com vinte e três (23) votos a favor. Lista A vinte e três (23) votos, Lista B três (3) votos. -----

-----Vamos passar ao ponto **2.4 Análise e deliberação sobre “Designação de um Presidente das Juntas de Freguesia em representação dos seus pares para a Constituição do Conselho Municipal de Segurança de Mogadouro – Informação do Gabinete do Senhor Presidente”** -----

-----Temos Propostas? Temos duas propostas, que eu vou classificá-las por A e B. Proposta A – O Grupo Parlamentar do PSD propõe para designação com representante dos seus pares para a constituição do Conselho Municipal de Segurança de Mogadouro os seguintes membros: Efectivo – Rui Manuel Felgueiras Mesquita, Suplente – Victor Manuel de Oliveira Coelho e uma série de assinaturas a subscrever, e temos aqui uma proposta que será a B, Luis António Rodrigues Fernandes. Quem vota na lista A faz favor de se levantar, podem sentar-se; quem vota na Lista B faz favor de se levantar, podem sentar-se. O resultado da votação é exactamente o mesmo, ninguém saiu. Lista A vinte e três (23) votos, Lista B três (3) votos. -----

-----Eu acho que dispensamos fazer novamente a chamada porque perante a ocupação que se verifica na sala está muito mais de 60% das pessoas, se

visse que realmente havia pouca gente fazíamos a chamada, eu estou a ver que está quase tudo. Falta chamar a Câmara. -----
-----Vamos passar ao ponto **2.5 *Análise e deliberação sobre “AOTAD – Associação de Olivicultores de Trás-os-Montes e Alto Douro – Rede Temática de informação e Divulgação – Pedido de Apoio”*** -----
-----Isto é o pedido, no fundo, pela certidão que vos foi remetida, é um pedido de adesão à Associação de Olivicultores de Trás-os-Montes e Alto Douro como parceiro colaborante (O Senhor Aníbal Moreno, Presidente do Grupo Parlamentar do PS interrompeu para fazer um ponto de ordem à Mês: indicou-nos agora que passámos para o ponto 2.5), sim (mas nós tínhamos que discutir o 2.4) o 2.4 foi... perguntou-se se alguém dos presentes queria discutir o assunto, ninguém quis, pôs-se à votação, está votado, está ultrapassado (dos presentes como?) dos Presidentes de Junta, (mas não, esta constituição do Conselho Municipal de Segurança de Mogadouro, nós temos direito de intervir nesta questão) Senhor Deputado o ponto 2.4 diz: Análise e deliberação sobre “Designação de um Presidente das Juntas de Freguesia em representação dos seus pares”, à semelhança do ponto anterior a metodologia que usámos foi exactamente a mesma, pusemos à consideração, ninguém quis usar da palavra, procedeu-se à votação e ponto final, passámos ao ponto 2.5. (Senhor Presidente tem que se lembrar que aqui está a constituição do Conselho Municipal de Segurança, em que está submetida toda a constituição, e devo lembrar o Senhor Presidente que foi ultrapassado, quer o Senhor Presidente, quer esta Assembleia, na constituição do Conselho Municipal de Segurança, na medida em que reconduziu, a Câmara usurpou as competências desta Assembleia Municipal, na medida em que os cinco elementos de reconhecida idoneidade são da competência desta Assembleia, não é da competência da Câmara Municipal, e portanto estas competências foram usurpadas pela Câmara Municipal, quando elas são da competência desta Assembleia Municipal) O que diz a certidão é que a Câmara nos pede para elegermos um Presidente de Junta ao Conselho Municipal de Segurança, o conselho Municipal de Segurança, a sua constituição terminou exactamente com o fim da legislatura desta Assembleia, depois diz aqui: «a Câmara tomou conhecimento do teor da referida informação, (se é que a leram todos), o Conselho Municipal de Segurança de Mogadouro foi constituído em 30 de Abril, (e aqui há esta incorrecção, que eu fiz o devido reparo, na altura, à Câmara) de 2009 e reuniu pela primeira vez dia 24 de Março de 2009, (não faria sentido, teria que ser exactamente o contrário) integram o Conselho Municipal os seguintes membros, alínea a) o Presidente da Câmara Municipal, António Guilherme Sá Moraes Machado; b) O Presidente da Assembleia Municipal, Ilídio Granjo Vaz; c) um Presidente da Junta de Freguesia do Município em representação dos seus pares, Rui Manuel Felgueiras Mesquita; d) a representante do Ministério Público na

Comarca, Sara Mónica Valdez Wilson Andrade Cabral; e) o Comandante da Guarda Nacional Republicana, Hugo Alexandre Gonzalez Tavares; f) o Coordenador do Gabinete Municipal de Protecção Civil, Dário Rodrigues Mendes; g) o Comandante da Corporação dos Bombeiros Voluntários, António Manuel Martins Salgado Rodrigues; h) uma representante do Centro de Saúde, Maria da Luz Coelho Afonso Castro Pires i) uma representante do Centro de Saúde, Maria da Luz Coelho Afonso Castro Pires; j) uma representante da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, Maria José Galvão; k) um representante do Agrupamento de Escolas, Silvano António Cancela ou seu substituto legal José Maria Preto; l) um representante da Associação de Comerciantes Industriais e Serviços, Horácio Rodrigues Sá; m) cinco cidadãos de reconhecida idoneidade, designados pela Assembleia Municipal, António Gonçalves Abreu, Domingos Alfredo Fernandes Amaro, João Fernando Freitas Meira, Manuel da Assunção Martins e Fernando Meireles Oliveira. O mandato dos membros do Conselho cessa com o fim do mandato da Assembleia Municipal que os designou, devendo porém, manterem-se em funções até à sua recondução ou à designação dos membros que os substituam. Apresento o assunto ao órgão Executivo que deve submetê-lo à aprovação da Assembleia Municipal para proceder à designação de um Presidente das Juntas de Freguesia em representação dos seus pares. Nos termos de que dispõe o nº 3 do art. 6 do Regulamento Municipal de Segurança de Mogadouro, os restantes membros do conselho devem ser reconduzidos ou substituídos. Mogadouro 11 de Janeiro de 2010. O Presidente do Município, António Guilherme Sá de Moraes Machado, Dr. (esta é a informação que o Senhor Presidente deu à Câmara) A Câmara tomou conhecimento do teor da referida informação e deliberou, por unanimidade, reconduzir os actuais membros e promover a substituição dos elementos constantes nas f e k, submeter o assunto à Assembleia Municipal para proceder à designação de um Presidente das Juntas de freguesia em representação dos seus pares. Por ser verdade e assim constar do livro a que me reporto, passo a presente certidão que assino e autentico com o selo branco....» o que nós fizemos foi respeitosamente aceitar a proposta da Câmara Municipal, a Câmara um dos poderes que tem é propor à Assembleia Municipal esta deliberação, e esta deliberação, na minha perspectiva, o Conselho Municipal de Segurança, penso que está, por força da recondução, estará concluído, faltaria apenas o Presidente de Junta que não tinha sido eleito, e foi eleito há bocadinho no ponto anterior, isto é, salvo melhor informação, aquilo que de momento tenho que dizer, de qualquer das formas, se a Câmara entender e quiser complementar esta informação eu dou-lhe a palavra, por uma questão de informação.” -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “em primeiro lugar eu queria dizer que o termo usurpar é muito violento, aqui não

estamos para usurpar nada, muito menos à Assembleia Municipal, que reconhecemos como órgão político, como órgão fiscalizador. Baseei-me exactamente neste artigo: *nos termos de que dispõe o nº 3 do art. 6 do Regulamento Municipal de Segurança de Mogadouro, os restantes membros do conselho devem ser reconduzidos ou substituídos*, eu não os substituo-o, se os quiserem substituir façam favor, eu reconduzo-os, agora não querem estes, ponham lá outros que a mim tanto me faz, para mim o Conselho de Segurança tanto me faz que esteja lá o Engenheiro Amaro, como o Moreno, como o Ilídio, aquilo é para funcionar para bem de Mogadouro, com entendimento, com consensos e portanto não há problemas nenhuns”. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “ (fim da gravação na presente faixa da banda magnética) ... relativamente à alínea k, de facto eu não sou substituto legal do Silvano António Cancela, de forma alguma, eu fui eleito Director do Agrupamento de Escolas, e ele nem sequer foi candidato, portanto eu não substituo legalmente ninguém, ou sou, ou não sou o representante..., acho que na certidão há um lapso, de facto o que aí deve estar é um representante do Agrupamento de Escolas José Maria Preto, é o que aí deve estar na respectiva certidão. Relativamente à alínea m cinco cidadãos de reconhecida idoneidade designados pela Assembleia, de facto é assim, se esta Assembleia entende que estes nomes merecem consideração e são os membros que devem estar neste Conselho de Segurança, eu por mim acho que sim, mas de facto que seja proposta da Assembleia à Câmara Municipal, ao votarmos favoravelmente nestes nomes significará, penso eu, ultrapassando a discussão, que a Assembleia propõe estes nomes. Certo? -----

► **ALTINO ALEIXO** usou da palavra e disse: “com certeza nem toda a gente se esqueceu, da confusão, da polémica, da discussão que deu a constituição do anterior Conselho Municipal de Segurança, como sabem eu aqui realmente..., também há aqui, penso que seja um lapso, a não ser que seja algum problema em eu compreender isto, que é o *Conselho Municipal de Segurança de Mogadouro foi constituído em 30 de Abril de 2009 e reuniu pela primeira vez em 24 de Março de 2009*, (o Senhor Presidente da Assembleia interrompeu e disse que já tinha dito isso) de facto se eventualmente, na minha opinião, como já aqui foi dito, deve ser um processo de boa fé, mas legalmente incorrecto, é a ideia com que eu fico, é a análise que eu tiro daqui, e muitos dos elementos que aqui serão reconduzidos, que estão na certidão para serem reconduzidos já não podem, de facto não podem ser reconduzidos, além do lapso que o Doutor José Maria disse, há aqui outros, o caso do Ministério Público e de outros; perante isto eu acho que os nomes que vêm para ser reconduzidos do Gabinete do Senhor Presidente, eu penso que a primeira ..., onde eles deviam ser indicados pela primeira vez seria na Assembleia Municipal, por

isso eu acho que se devia resolver este assunto, e conduzi-lo da forma correcta e legal, visto que, penso eu, na minha modesta opinião, não estar”.

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente da Câmara, se calhar a palavra por mim utilizada foi demasiado forte, por isso peço de facto desculpa, eu acho que o Senhor Presidente já chegou à conclusão que não se cumpriu aqui..., a Câmara ultrapassou as suas competências ao designar ela própria, mesmo em termos de recondução os elementos que é da competência da Assembleia Municipal fazê-lo, não estão aqui em causa os nomes que constam, que eu concordo com eles todos, mas é competência que lhe pertence à Assembleia, e deve ser esta Assembleia que a deve exercer, e ao fazer essa recondução também não percebo como o Senhor Presidente fez, porque o Presidente da Junta que na altura foi eleito para representar as Juntas de Freguesia, que foi o Senhor Rui Manuel Felgueiras Mesquita, de facto eleito novamente Presidente da Junta podia-o ter reconduzido, já que apanhou as competências da Assembleia Municipal então devia tê-las apanhado na totalidade, mas não, aí reconheceu de facto que não podia, porque ele tinha que ser eleito aqui na Assembleia Municipal, mas não devia ter lido a Lei completamente, porque senão também devia ter visto que os 5 elementos de reconhecida idoneidade são da competência desta Assembleia indicá-los, e portanto deveria ter feito esse pedido à Assembleia Municipal para que indica-se esses nome, que podem ser perfeitamente os nomes que aqui constam, porque estou de acordo com eles todos, mas a forma como se procedeu não está correcta, e solicitava ao Presidente da Assembleia Municipal que corrigisse esta situação, no fundo, até poderei..., eu concordo plenamente que se faça uma adenda a este ponto, em que se indicam estes 5 elementos pela Assembleia Municipal, e fica ultrapassado este ponto dessa forma”. ---

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “já foi feita essa proposta, ainda bem que comungam, efectivamente há aqui algum erro nesta certidão, erro involuntário, involuntário porque o Conselho Municipal de Segurança, e eu tenho o grato prazer de pertencer a este órgão, discutem-se lá questões de extrema importância para a salvaguarda dos interesses das pessoas e dos bens aqui em Mogadouro, portanto não é por acaso que o Município convidou algumas individualidades para ajudarem, neste caso mais o Presidente da Câmara a articular um conjunto de ideias e procedimentos que podem velar pela nossa própria segurança, agora é evidente que a Assembleia Municipal sendo um órgão prestigiado, como é, tem o dever de colocar as questões que não estão correctas, eu também fiz questão quando estive a ler esta certidão de que havia aqui algum erro e de imediato enviei a secretária da Assembleia à Câmara para atempadamente poderem ainda repará-la, penso que não houve as condições exactas porque a documentação tinha que seguir nesse dia, e foi assim, mas da minha parte eu observei esta menos correcta certidão, porque questioneei efectivamente

o ponto k, porque ninguém substituí-a ninguém, e outros elementos, agora estas pessoas que estão aqui na situação de convidadas pela Câmara Municipal, e a quem a Assembleia Municipal deu a sua aprovação por proposta do Presidente do Grupo Parlamentar, entende que devem ser as mesmas pessoas e depois também corroborada com a proposta do Presidente do Grupo Parlamentar do PS, então eu só ponho à votação se realmente concordam com estes nomes. -----

-----Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Aprovado por unanimidade. Relativamente à deliberação sobre o Presidente de Junta, no fundo o que a Assembleia Municipal fez foi conferir exactamente ao anterior, uma vez que só teve uma reunião também, porque entretanto o Conselho Municipal de Segurança acho que só reuniu duas vezes, entre fazer Regimentos e aprovar Regimentos o tempo foi passando, deram-lhe o crédito de ser o mesmo Presidente da Junta, também julgo que não há aí mais problema nenhum. -----

-----Vamos passar ao ponto **2.5 Análise e deliberação sobre “AOTAD – Associação de Olivicultores de Trás-os-Montes e Alto Douro – Rede Temática de informação e Divulgação – Pedido de Apoio”**-----

-----Aqui o que diz a certidão é que no fundo trata de um pedido de adesão à Associação de Olivicultores de Trás-os-Montes e Alto Douro como parceiro colaborante”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “A proposta está aqui e o colaborante..., é que temos que colaborar com aquilo que nos pedirem, exactamente não está especificado qual é o tipo da colaboração, evidentemente que sendo nós de Trás-os-Montes, sendo nós produtores de azeite e negociantes de azeite e etc., se nos pedem uma colaboração ninguém pediu que se especifica-se qual era o tipo de colaboração, agora também nós sabemos dar o tipo de colaboração que nos pedirem e analisá-la, e ver se vamos dar essa mesma colaboração ou não, se for lesiva dos interesses do Município evidentemente que não será dada”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “o que nós estamos aqui a aprovar ou a discutir não é a colaboração nem o apoio, o que nós estamos a aprovar é aquilo que vocês aprovaram em reunião de Câmara, e que consta na certidão, é a adesão à Associação de Olivicultores ... *(o Presidente da Assembleia interrompeu e disse: nós só estamos aqui para autorizar a Câmara a aderir, ou autorizamos, ou não autorizamos)* a aprovar a adesão, não é a questão da colaboração que aqui está em questão, o que diz a certidão *«mais foi deliberado submeter ... aderir à Associação de Trás-os-Montes como parceiro colaborante»*, ou aderimos, ou não aderimos”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “exactamente, o que está em causa é aderir, mas aderir em que condições, aderir como

parceiro colaborante”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “havia duas formas de adesão, esta é aquela que interessa mais ao Município. Vou propor à votação este pedido de adesão. -----

-----Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Aprovado por unanimidade. -----

-----Ponto **2.6 *Análise e deliberação sobre “ Actualização de Taxas, Tarifas e Licenças para o Ano de 2010. Informação da Divisão de Infra-estruturas e Equipamentos”***. -----

-----Receberam também todos a certidão, de qualquer das formas dou a palavra à Câmara para se pronunciar sobre este ponto, se assim o entender”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “neste ponto resolvemos não proceder à alteração das taxas, que já eram na prática mínimas, todos sabem que o nosso país atravessa uma crise grande, as pessoas têm as suas dificuldades e quantos menos impostos Municipais houver, melhor para as populações, isto evidentemente não vai afectar a condição económica da Câmara, evidentemente que queríamos ter mais dinheiro, queríamos dispor de outra contabilidade que nos permite-se realizar melhor outros programas, mas entendemos que devemos proteger também os Municípes”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “alguém deseja fazer alguma intervenção? Não havendo vou colocá-lo à votação. ---

-----Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Aprovado por unanimidade. -----

-----Passamos ao ponto **2.7 *Análise e deliberação sobre “ACÔA – Amigos do Parque e Museu do Côa – convite de adesão do Município como Sócio Honorário Fundador”***. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “nós já fazemos parte da Associação dos Municípios de Vila Nova de Foz Côa, e resolvemos fazer parte, porque aquilo não há dúvida nenhuma que é um centro turístico, pode estar mais activo, menos activo, mas o que é certo é que é reconhecido como tal através das realizações que lá têm feito, através de ser uma projecção Nacional e Mundial, e portanto interessou-nos sempre aquele corredor de Vila Nova de Foz Côa, Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro, aqui não está em discussão sequer isso, porque não traz encargos nenhuns para a Câmara e portanto avançar para sócio da Associação”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “alguém

deseja fazer alguma intervenção? Não havendo vou colocá-lo à votação. ---
-----Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila,
terceira fila, quarta fila, quinta fila e sexta fila. Quem se abstém faz favor
de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta
fila e sexta fila. Aprovado por unanimidade. -----

-----Vamos passar ao ponto **2.8 *Análise e deliberação sobre “
Designação de um membro da Assembleia Municipal para integrar a
Comissão de Toponímia. Informação da Divisão de Ordenamento do
Território, Urbanismo e Ambiente”***. -----

-----Aceitam-se propostas. Temos uma aqui, que lhe atribuo a letra A, e
temos uma outra proposta apresentada neste momento à Mesa, que será a
proposta B; passo a ler o teor da proposta A – o Grupo Parlamentar do PSD
propõe para a designação como membro da Assembleia Municipal para
integrar a Comissão de Toponímia os seguintes membros: efectivo –
Sandra Carina Cardoso Teixeira de Sampaio Mesquita, suplente – Manuel
Alfredo Preto. Proposta B – designação de um elemento da Assembleia
Municipal para a Comissão de Toponímia: Ilídio Simões Martins. Quem
vota a favor da lista A faz favor de se levantar, podem sentar-se, muito
obrigado; quem vota a favor da lista B faz favor de se levantar, quem se
abstém faz favor de se levantar, num universo de quarenta e nove (49)
presenças temos a Lista A com trinta e seis votos (36) votos a favor, a Lista
B com oito (8) votos a favor e cinco (5) abstenções. -----

-----Passamos para o ponto **2.9 *Análise e deliberação sobre “Delegação
de Competências nas Juntas de Freguesia. Proposta do Senhor Vereador
com Competências Delegadas”***. -----

-----Dava em primeira mão a palavra à Câmara para explicitar
convenientemente este ponto, o Senhor Presidente delega no Senhor
Vereador, tenha a bondade”. -----

► **ANTÓNIO PIMENTEL** usou da palavra e disse: “estou no nono ano de
exercício como Vereador na Câmara Municipal e ao longo destes nove
anos, quer eu, quer o Executivo do qual tenho feito parte, têm corado o seu
trabalho, justamente na ligação sempre correcta e sempre pronta com as
Juntas de Freguesia, dado que houve alterações à legislação que de certo
modo veio alertar as Câmaras, veio dizer às Câmaras que deveria usar
determinados procedimentos para trabalhar com as Juntas de Freguesia,
nomeadamente no que diz respeito a instrumentos financeiros, a Câmara
Municipal tem vindo ultimamente a trabalhar com base no estabelecimento
de protocolos e nomeadamente para obras específicas, e este método
resultou de uma abordagem que tivemos com a ex-inspectora do IGATE que
nos alertou para o facto de não serem correctas as transferências de capital
que estávamos a fazer, creio que foi numa Assembleia aqui que ficámos de
pedir um parecer à Associação Nacional de Municípios, eu quero
aproveitar para vos ler a todos, e quero dizer que isto chegou-nos com data

de 18 de Fevereiro, que diz o seguinte: «em resposta ao vosso fax de 20 de Janeiro de 2010 sobre o assunto em epígrafe, e o assunto era apoio financeiro às Juntas de Freguesia, é nosso parecer que as transferências financeiras para as Juntas de Freguesia referentes a delegação de competências devem ser preferencialmente em concretização de protocolos de delegação de competências estabelecidos entre o Município e a Freguesia, estes protocolos são celebrados nos termos da Lei nº169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A de 2002 de 11 de Janeiro, pelo que a delegação da competência da Câmara Municipal deverá ser autorizada pela Assembleia Municipal, nº1 do art. 66, pelo lado da Autarquia Freguesia a delegação das competências deverá ser aprovada pelos seus dois órgãos representativos: a Junta de Freguesia e a Assembleia de Freguesia, nº 2 do art. 37, diz mais: não obstante o exposto, não estando em causa uma efectiva delegação de competências, mas tão-somente um apoio financeiro para a execução de determinada obra ou projecto dentro do quadro das competências da Junta de Freguesia a respectiva transferência de verbas por parte da Câmara Municipal poderá ser enquadrada na alínea b do nº 6 do art. 64 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, que possibilita deliberar sobre formas de apoio às Juntas de Freguesia no âmbito das relações estabelecidas entre estas e a Câmara Municipal, não distinguindo o legislador a natureza do apoio que é lícito ser dado às Freguesias afigura-se-nos que a transferência de capital apoio financeiro poderá ser uma das formas encontrada para o efeito, é justamente isto que aqui está que consta da nossa proposta de delegação de competências nas Juntas de Freguesia, e é justamente também isso que está no protocolo que vos foi distribuído, isto é minuta de proposta de protocolo de delegação de competências, creio que leram isso, e se repararem o que está aqui em causa é isto, para transferir dinheiro para as Juntas de Freguesia, temos que transferir competências, ora nós assim procedemos aqui a alguma transferência de competências, como seja no ambiente e serviços urbanos, e outras actividades, só referir que esta é uma versão que precede até o parecer porque eu tive oportunidade de me informar com um dos Directores da Associação Nacional de Municípios, que até é Presidente de Câmara e que me mandou por email, digamos, aquilo que ele estava a usar na sua Câmara, daí ter sido possível vir já a esta Assembleia, porque o parecer como vêem é de 18 de Fevereiro, ainda não tinha chegado, mas é justamente coincidente, assim com base nesta transferência de competências, e lembrar aqui que a Juntas que não entenderem, que não quiserem, podem não as subscrever, mas se as subscreverem eles têm que as fazer aprovar também na Assembleia de Freguesia, e a Câmara teve que as aprovar na Câmara, e tem que também as aprovar aqui na Assembleia Municipal, esta dotação financeira que vos é proposta neste quadro é acompanhada de transferências de competências, de qualquer das maneiras

abre aqui a porta também à questão do apoio financeiro através do apoio a determinadas obras específicas, que é aquilo que temos estado a fazer já ao longo deste ano e do ano anterior, é quando a Junta de Freguesia pede apoio para uma obra que até é da competência da Junta, pede apoio financeiro porque não tem capacidade, nós apoiamo-la através de um protocolo específico para essa obra, no fundo são as duas hipóteses que nós estamos já a praticar neste momento, que fizemos apenas este interregno, precisamente porque estivemos a aguardar a questão das transferências de capital, e que irão agora, caso vocês aprovelem isto, que irão passar a ser transferidas e nos termos que vos é proposto no articulado da proposta de protocolo”.

► **DULCÍNEO RODRIGUES** usou da palavra e disse: “em relação a este ponto da atribuição de competências às Juntas de Freguesia, no fundo se formos ver os vários artigos chegamos à conclusão que não há aqui grande coisa de novo, apenas de reduzir a escrito aquilo que de facto já acontecia, por exemplo temos aqui no ambiente e serviços urbanos: eliminação de depósitos ilegais de lixos, entulhos e outros focos de poluição, as Juntas de Freguesia já assumiram, desobstrução e limpeza de arruamentos, aquedutos e linhas de água, as Juntas de Freguesia já fazem, limpeza e manutenção de recreios, espaços desportivos e de lazer, a mesma coisa, depois apoio aos trabalhos efectuados pela Câmara Municipal na Freguesia, na medida das possibilidades, todos os Presidentes de Junta, julgo eu, sempre estiveram disponíveis para apoiar todos os trabalhos que a Câmara Municipal entendeu por bem fazer nas várias freguesias, a manutenção de sinais de trânsito e outra sinalética, de facto poderá ser um caso novo, mas também não estou a ver as Juntas de Freguesia assumirem por exemplo este ponto aqui quando a Câmara Municipal tem o armazém cheio de sinais, tem pessoal especializado, mas também não sei bem, mas como diz a Câmara, ela também está disponível para apoiar com pessoal da Câmara e com material da Câmara, mas há aqui uma questão que fica de fora, e deveria estar também incluída no protocolo, os caminhos agrícolas, por exemplo, este ano em todas as Freguesias do Concelho, não tenho dúvidas nenhuma, que como está a minha estão as outras, devido às intempéries a que temos estado sujeitos nos últimos meses, que vai haver um grande trabalho a fazer precisamente nesta área dos caminhos agrícolas e dos caminhos rurais. Eu acho que era importante que este ponto fosse incluído, mas obviamente que não será pela verba que está estipulada, porque considero esta verba um bocado irrisória, ou completamente irrisória em relação às necessidades que as nossas Freguesias têm; eu posso lembrar que em nove anos a minha Junta de Freguesia teve apenas uma vez direito à niveladora para os caminhos, e foi durante um fim-de-semana, a Junta de Freguesia teve que pagar a dois operadores de máquinas, o que quer dizer que feitas as contas, no final ficou quase ao preço pago a uma máquina; os Presidentes de Junta

acabam por ser sempre o carro vassoura de todas as situações que às vezes não interessam, e é preciso despachar para alguém, despacha-se para as Juntas de Freguesia; o dinheiro, esse não, guarda-o bem o Município, convém não entregar muito às Juntas de Freguesia, para não nos tornarmos gastadores. -----

-----Eu lanço aqui um repto ao Senhor Presidente da Câmara, que faça uma reunião com todos os Presidentes de Junta do Concelho onde nos dê oportunidade de todos em conjunto podermos expressar, e podermos discutir uma forma que seja mais justa e mais equilibrada na distribuição de verbas, nós temos Juntas de Freguesia nos últimos anos que têm perdido dinheiro, repare bem que no primeiro mandato deste Executivo foi dado às Juntas de Freguesia muito mais dinheiro do que está a ser dado presentemente; quero lembrar também que Vale Porco foi mais uma vez penalizada, pelo facto de não ter obras mencionadas no anterior Plano de Actividades, recentemente aprovado, ao ser atribuído dois mil euros à Freguesia de Vale Porco, quer dizer dois mil euros é melhor que nada, e eu não vou dizer que não assino o protocolo, se me disserem assinas o protocolo levas dois mil euros, senão não levas nada, evidentemente que não vou marrar contra uma parede, evidentemente que não, mas estes dois mil euros não me satisfazem, eu preciso mais, e acho que a Câmara Municipal de Mogadouro tem condições para dar mais a Vale Porco, e Vale Porco também lho merece, por isso mesmo estou disponível para tudo isto que disse aqui”. (fim da gravação na presente faixa da banda magnética) -----

► **BELMIRO FERREIRA** usou da palavra e disse: “eu tinha aqui uma pequena anotação, mas o Vereador Pimentel hábil, como sempre, conseguiu ter ele o parecer em primeira mão, sem chegar à Assembleia, e portanto alguns dos meus comentários estão fora do enquadramento, mas vou citar parte das palavras que tinha aqui escritas, no meu entender este ponto deve ser retirado da ordem de trabalhos, e agora vou dizer porquê, porque quem elaborou, e errar é humano, o ponto 2 não existe, passa-se do ponto 1 para o ponto 3, o documento no art. 1 não tem o ponto 2; outra questão é esta, eu sou um grande defensor das Juntas de Freguesia e disso que ninguém duvide, atenção, e acho que aqui Urrós porque me merece muito respeito por serem vizinhos, acho que Urrós Gare também devia ter dois mil euros”. -----

► **MIGUEL RITO** usou da palavra e disse: “como não pude, por motivos pessoais estar presente na última Assembleia, antes de mais quero expressar perante vocês, e dar-vos os parabéns por terem sido eleitos, e desejar a todos um bom trabalho; passando a este ponto, de facto não discordo que haja protocolos, que haja os serviços que a Juntas têm que fazer, mas como disse, e muito bem, o Dulcíneo, isto tudo, a não ser dos sinais, já as Juntas faziam, por isso estou completamente de acordo com a esmola de quinhentos euros cada três meses, Bruçó tem dois mil euros, a

pagar trimestralmente, quinhentos euros dá para limpar lá qualquer coisita, eu volto a pôr aqui o caso da Câmara que está a desprestigiar as Juntas de Freguesia, goza connosco; limpeza de arruamentos, eu vou aqui, e eu sei que muitos colegas Presidentes de Junta comungam desta minha opinião, a Câmara paga a limpeza dos arruamentos da Freguesia de Mogadouro, Mogadouro em si, não paga Zava, não paga Figueira, e quanto paga? E a nós para limpeza de arruamentos, para remoção de depósitos ilegais de lixos e isso tudo é dois mil euros por Freguesia, quinhentos euros cada três meses, isso dá para alguma coisa? Pouco, ou nada quase, uma pessoa se quer arranjar gente para varrer as ruas, já tem que pagar quase a peso de ouro uma jeira, é muito difícil. A Câmara cá em Mogadouro tem uma empresa privada, eu não estou contra isso, atenção, não estou contra essa política, agora acho que a Câmara devia assumir a limpeza dos arruamentos das aldeias na mesma proporção que assume a limpeza da vila, tem que ser proporcional, somos todos do Concelho de Mogadouro, não há cidadãos de primeira, que são os da vila, e cidadãos de segunda que são os da aldeia, somos todos iguais, todos temos os mesmos direitos, e eu faço aqui um apelo a todos os Presidentes de Junta, que reprovem este protocolo, temos que marcar uma posição de força, porque isto é gozar com as Juntas de Freguesia, estão a brincar connosco, eu acho que nós todos juntos, e apelo também ao voto dos outros Deputados não Presidentes de Junta, reprovamos este protocolo para obrigar a Câmara a reconhecer os nossos direitos e a dar-nos o devido valor pelo trabalho que fazemos em defesa das nossas populações, coisa que a Câmara não está a reconhecer com esta esmola que nos quer dar”. -----

► **JOSÉ MOURA** usou da palavra e disse: “como uma grande parte do que eu ia dizer já foi dito aqui pelos meus antecessores só quero dizer que concordo em parte com eles, e que espero bem com o que nos vão ficar a dever desta vez..., a Lei não foi alterada, Portugal é um país de pareceres, ainda há dias eu e mais de quantos colegas daqui da Assembleia, Presidentes da Junta estivemos com um da ANAFRE na sede da Junta de Freguesia de Mogadouro, nada disso, Miranda está a dar transferências de capital à proporção do FEF, com base na orientação do FEF, Bragança está a fazer o mesmo, espero bem que aqui a de Mogadouro com o que vai poupar nestas transferências compre pelo menos uma boa niveladora para o Concelho, que é a máquina que mais falta está a fazer e um destroçador de matos para as silvas ou isso; e quero lembrar quem..., em 92 que eu também fui Presidente de Junta, já fui concorrente quatro vezes e ganhei sempre, mas já em 92 aquele Senhor que está além na fotografia deu ao Concelho trinta e nove mil contos, quase o dobro do que vai ser dado neste momento, era só isto, se alguém tem dúvidas eu tenho aqui uma folhinha para mostrar”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “em primeiro lugar saudar a Câmara na medida em que se disponibilizou a fazer a listagem das transferências para as freguesias, pese embora não ter seguido qualquer critério para essa transferência, seguiu o seu critério com certeza, mas como disse, e bem o Presidente da Junta de Penas Roías que siga pelo menos os critérios das transferências ao abrigo da Lei da finanças locais, aí está bem definido como é que são feitas as transferências, e não da forma que aqui são feitas, por outro lado o que foi aprovado em Orçamento Municipal em Dezembro último, a dotação dessa rubrica era de quinhentos mil euros, verificámos que aqui só se estão a distribuir vinte por cento dessa rubrica, o que é que vão ser feitos dos outros quatrocentos mil euros que ficam por distribuir, o que está aqui para ser distribuído são cem mil, e dá-me impressão que com a dotação de um ano dá para cobrir todo o mandato, como está aqui nesta folha da distribuição cento e seis mil por ano dá à volta dos quinhentos, aliás nem chega aos quinhentos mil de um ano, só dá quatrocentos e tal mil, as freguesias aqui..., por um lado no Orçamento aparece-lhe que vão transferir em transferências de capital para as Juntas de Freguesia por ano quinhentos mil euros, mas agora no mapa que é apresentado a esta Assembleia para aprovação, apenas são transferidas vinte por cento dessas verbas, ou seja cem mil euros, de facto não concordo com esta redução, ou então o que vão ser feitos desses quatrocentos mil? Ou será que continua a não respeitar os valores inscritos em Orçamento, como aconteceu o ano passado e há dois anos, mas de qualquer forma este ano ainda é o pior, que é a vez em que aparece a rubrica mais baixa de transferências de capital para as freguesias, e isso é inadmissível do nosso ponto de vista, por outro lado, e como já foi referido pelo Deputado Belmiro Ferreira convinha ver o que é que se passa no protocolo que no artigo primeiro salta de ambientes e serviços urbanos, ponto um, para o ponto três, há o ponto dois que provavelmente não foi impresso e gostaria que verificassem se nos vossos documentos esse ponto estará de facto inscrito. Eu aconselhava ou propunha a esta Assembleia que fizesse uma proposta de recomendação à Câmara, que utilizasse na distribuição das transferências de capital para as freguesias os mesmos critérios que são utilizados na Lei das finanças locais, e aí todos seriam contemplados com mais proporcionalidade, com mais rigor, e ao mesmo tempo que fosse elaborado um novo mapa, mas com toda a verba que está inscrita no Orçamento Municipal para as transferências de capital para as freguesias”. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “em relação a este assunto em discussão, queria antes de mais dar os parabéns à Câmara Municipal pelo facto de pela primeira vez nos apresentar um documento objectivo, claro, relativamente aos números e quantitativos que pretende protocolar com as Juntas de Freguesia, não discutindo deste princípio os

montantes que aqui estão, mas antes de mais essa nota positiva de facto, de querer protocolar para que não continue a acontecer aquilo que acontecia de virem aqui os Presidentes de Junta queixar-se de que, quando no poder estava o PS era beneficiadas as Juntas de Freguesia cujos Presidentes de Junta eram do PS, quando era o PSD que estava no poder eram as Juntas de Freguesia afectas ao PSD que eram beneficiadas, assim pelo menos temos aqui um documento, é para respeitar, é um princípio claro e evidente, e uma política de clarividência; relativamente aos montantes no Orçamento, de facto está um montante muito superior a estes, cento e seis mil a protocolar, mas também penso eu que a Câmara Municipal não vai ficar com os quatrocentos mil euros que sobram entre aquilo que está orçamentado, e aquilo que se propõe protocolar, aquilo que eu penso que a Câmara vai fazer, e deverá fazer é que esta diferença de facto seja entregue às Câmaras e que apoie aqueles projectos que claramente fazem a diferença em termos de lançamento de projectos para o desenvolvimento nas freguesias; subscrevo a ideia de apoiar, e as Juntas de Freguesia devem ser apoiadas nas suas actividades nomeadamente com equipamentos que sejam adquiridos pela Câmara, e depois disponibilizados para apoiar as Juntas de Freguesia, que todos reconhecemos, trabalham em prol das suas actividades locais com todo o afinco, tudo fazem para que as suas populações sejam servidas como devem ser servidas, portanto para além dos parabéns em relação a este protocolo, também a ideia de que sejam apoiadas as Juntas de Freguesia no âmbito de projectos com os tais quatrocentos mil euros que faltam aqui no protocolo, penso que será esta a ideia”. -----

► **ANTÓNIO PIMENTEL** usou da palavra e disse: “só para esclarecer aqui algumas coisas que me parece que os comentários que foram feitos resultam mais de não compreender o que está aqui, do que realmente de criticar o critério que a Câmara usou, começando por comentar aquilo que o Deputado Dulcíneo disse, deixe-me dizer-lhe o seguinte, é justamente aquilo que você disse, que a Câmara achou que devia fazer parte do protocolo, isto é, coisas que no dia em que se assinar o protocolo, digamos, as transferências de competências já estão cumpridas, os dois mil euros que a sua freguesia irá receber não precisará de fazer grande serviço porque as competências já estão cumpridas, porque se a Câmara lhe transferisse competências que você tivesse que gastar dez mil euros, seria injusto dar-lhe dois, mas como aquilo que lhe está a dar, é apenas meios financeiros para você poder gerir razoavelmente a sua freguesia em termos de, justamente pagar umas jeiras para limpar a aldeia, porque para o resto vocês têm um Orçamento próprio, têm transferências correntes que recebem do Orçamento de Estado, portanto adicionar mais os caminhos..., os caminhos já sabem que têm as máquinas da Câmara à disposição das Juntas de Freguesia, depois verbas mais equilibradas, realmente só fala quem tem que se lhe diga, permitam-me que diga isto, o Dulcíneo não disse

isso quando assinou o protocolo com a Câmara para o Museu da Máscara que quer fazer em Vale Porco, creio que o Presidente da Junta de Bruçó também já assinou um protocolo, se não assinou propôs, acho que já assinou até, para preparar a entrada do cemitério, depois dizer também, os próprios comentários do Senhor Presidente da Junta de Penas Roías, também é um daqueles que só fala porque tem que se lhe diga, dos poucos trabalhos que enquanto Presidente da Junta fez foi a fonte que acabou por ser criticada aqui há bocadinho por não ter complementado, e foi adquirir um lameiro, ora eu estou convencido que da verba que recebeu durante o primeiro mandato se quiser, digamos, prestar contas, que ainda terá uma verba substancial, ainda resultante daquilo que não gastou no primeiro mandato, e nem por isso a freguesia de Penas Roías deixou de ver a estrada feita, arruamentos feitos, arranjo de Penas Roías a fazer-se, ruas da Vilarça feitas, águas e saneamentos feitos, estação do Variz repavimentada, ligação do variz à estação repavimentada, águas, saneamentos, e pavimentação do Variz feitos, polidesportivo feito, portanto meus amigos o dinheiro não pode ir por vários canais, e tem havido da parte desta Câmara a intenção de apoiar aquilo que deve ser apoiado, e dos quinhentos mil euros que fazem parte do Orçamento eu quero dizer que já estão cerca de sessenta por cento protocolados, justamente com as Juntas de Freguesia, e acabei de dar dois exemplos, mas posso dar mais, também o caso de Bemposta para uma obra que a Junta jamais teria capacidade, como demonstrou, ter capacidade de fazer que é o caso do cemitério, sessenta mil euros, ou cerca disso, agora não tenho de cabeça, mas muitas outras Juntas que também já têm propostas, e só à próxima reunião irão, acho que são três propostas de protocolos para Juntas de Freguesia, é evidente que eu não tenho culpa, que o PS neste momento tenha apenas quatro Juntas de Freguesia, mas têm aí Vilarinho, que já assinou o protocolo também, (*ouviram-se vozes*) mas se mudou foi ele que se mudou, ninguém lhe pediu para se mudar, depois dizer aqui que os critérios do FEF depende da perspectiva, nós o critério que usámos foi por localidade, porque é diferente gerir uma freguesia com quatro localidades, ou com uma localidade, e portanto aquilo que se atribui é dois mil euros por localidade, porque se fossemos para as transferências seguindo, digamos os critérios do FEF, acontecia aquilo que aconteceu no primeiro mandato; quanto é que recebia a Junta de Freguesia de Mogadouro? Quanto? Onde é que está a maioria da população? É em Mogadouro, portanto receberia só a Junta de Freguesia de Mogadouro sessenta por cento destas transferências de capital, era isto que era justo? Não é, é justo é por localidade, porque é diferente gerir a Junta de São Martinho, ou gerir a Junta de Tó, ou a Junta de Sanhoane, portanto quero dizer que eles irão ser todos atribuídos, pronto, e posto isto é evidente, representa isto que é transferido sob a forma desta transferência de competências vinte por cento, o resto será através de protocolo, o que

permitirá executar ao nível das freguesias obras, que não era por mais uns tostões nestas transferências que iriam executar, isto é obras que teriam sempre a necessidade de ter a cobertura financeira da Câmara, e depois dizer também que são as Juntas de Freguesia que vêm pedir e propor protocolos também para as comissões fabriqueiras para concluir a reparação e a recuperação do património religioso, que é um dos patrimónios mais ricos que temos, portanto meus amigos o dinheiro está lá, o dinheiro é para distribuir, não é para os Vereadores com certeza, nem para o Senhor Presidente da Câmara”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “como foi evocado o nome do Senhor Presidente da Junta de Penas Roías ele pede para usar da palavra, já estou a ver mais gente, vou dar apenas dois minutos a cada um”. -----

► **JOSÉ MOURA** usou da palavra e disse: “eu quero relembrar um bocadinho o Senhor Pimentel, que não foi só comprar um lameiro, o moinho por acaso também o comprou a Junta de Freguesia de Penas Roías, um palheiro para alargar a rua da Vilariça também o comprou a Junta de Penas Roías, e prometeu-me oitocentos contos, e não me deu nenhum, para o muro deu-me metade, para a vedação da parede da estação prometeu-me dois mil contos nunca me deu nenhum, do Polidesportivo paguei cinquenta por cento”. -----

► **MIGUEL RITO** usou da palavra e disse: “como o Senhor estava muito bem a dizer, nós já assumimos a limpeza das ruas, como é competência da Câmara esses meios poderiam ser utilizados noutras funções, eu peço à Câmara que comece uma vez por mês a limpar as ruas de Bruçó, que tem tanto direito, como tem a vila de Mogadouro, e temos que ver outra coisa, dois mil euros por localidade, muito bem é um critério, eu não ponho em causa que seja protocolado, o que fica escrito, está escrito, e é isso que tem ser cumprido, eu isso não ponho em causa, o que ponho em causa é que as pessoas onde vivem, como você refere, Mogadouro tem mais gente teria direito a mais dinheiro, certo, mas agora também há as áreas das freguesias, a área de Bruçó são três mil, cento e quarenta e oito hectares, é muito caminho, e só as transferências que vêm do Governo para as Juntas, não chega para limpar os caminhos, e os outros Presidentes de Junta sabem-no bem, porque se fossem a governar só com o dinheiro que vem das transferências do Governo não limpavam metade dos caminhos, ou então só faziam caminhos, não faziam mais nada, não limpavam as ruas, como nós estamos a fazer funções ao longo de anos e anos que são competência da Câmara, aqui acho que devia pelo menos haver..., eu não nego também o protocolo que eu pedi para a Junta para pavimentação do cemitério de Bruçó, e o qual foi aprovado por unanimidade na Câmara Municipal, não nego e reafirmo aqui são dois mil e seiscentos euros de ajuda, nós vamos pagar o paralelo, atenção eles participam para pagar mão-de-obra, não

pagam eles tudo, não é a Câmara que paga tudo, a Junta também vai ter que com o seu dinheiro que recebe pagar alguma coisa, portanto vamos com calma. Agora estes dinheiros, acho que é irrisório, ainda por cima de três em três meses, eu falo por Bruçó são dois mil euros, é só uma localidade, quinhentos euros, mais-valia que dessem logo o dinheiro todo de uma vez, em vez de estarem a dar quinhentos hoje, quinhentos amanhã, eu contínuo, e volto a apelar aos Presidentes de Junta e às outras pessoas da Assembleia, temos que tomar uma posição de força e recusar este protocolo, este protocolo tem que ser revisto, tem que ser estudado de outra maneira, e têm que dar valor às Juntas de Freguesia, e volto a reiterar o apelo que faço, vamos todos juntos recusar este protocolo, mostrar uma posição de força à Câmara que tem que respeitar as Juntas de Freguesia”. -----

► **DULCÍNEO RODRIGUES** usou da palavra e disse: “Senhor Vereador Pimentel, *só fala quem tem que se lhe diga*, eu agora devolvo-lhe essa sua afirmação e essa frase, e sabe porquê? Porque infelizmente para Vale de Porco está a ser muito injusto, porque sabe bem que Vale Porco andou sempre a mamar na teta que não tinha leite, sabe-o bem, toda a gente aqui o sabe, agora quando o Senhor Vereador me vem dizer *só fala quem tem que se lhe diga*, pretendia dar a ideia que se calhar Vale Porco tem sido uma das beneficiadas das freguesias deste Concelho, sinceramente..., então eu venho aqui a fazer uma contraproposta à Câmara Municipal que é assim, eu abduco dos dois mil euros, a Câmara Municipal de Mogadouro vai-me fazer limpeza das ruas três vezes por ano, como eu faço em Vale Porco, arranjam-me os caminhos, e eu abduco dos dois mil euros, está a proposta feita e estou disponível para assinar”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “dizer mais para quê? Contínuo a reafirmar que deviam ser transferidos na totalidade os quinhentos mil euros orçados, mas eu pedi mais a palavra para esclarecer o Senhor Deputado José Maria porque aqui afirmou, não sei se foi por desconhecimento, mas penso que não seria, afirmou que os anos para trás, quer quando esteve no poder o PS, e agora o PSD, que as transferências de capital eram em função da cor com que essas Juntas eram eleitas, devo esclarecer o Senhor Deputado José Maria que nos dois mandatos que o PS esteve à frente dos destinos deste Concelho as transferências de capital para as Juntas de Freguesia, estavam sempre em listagem, e todos sabiam quanto iam receber desde que apresentassem os Planos de actividades para absorver essas verbas, mas estava o valor logo fixado para cada Junta de Freguesia e em função dos critérios do FEF, ressalvo aqui, a única que não obedecia a esse critério era a Junta de Freguesia de Mogadouro, porque na vila quem fazia toda a obra era a Câmara Municipal, e portanto era-lhe cortado, mas mesmo assim recebia tanto como a que recebia mais do resto das freguesias, mas todos sabiam quanto é que iam receber, havia uma listagem feita todos os anos a seguir à aprovação do Orçamento e Plano de

Actividades. -----

-----Outra coisa..., e pela afirmação que fez aqui o Senhor Vereador, de facto isto basta haver mudança política na condução dos destinos de uma freguesia para de facto ter apoios logo de imediato para recuperar o cemitério, cemitério de Bemposta que aqui tanta vez foi pedido pelo anterior Presidente da Junta, e que se lhe arranhou todas as artimanhas para não o apoiar, mas ainda bem que agora é apoiado”. -----

► **MANUEL PRETO** usou da palavra e disse: “acho que neste sector isto está muito mal encaminhado, em Tó com dois mil euros, não chegam para pagar só a luz que consome na casa grande, onde é que vou buscar dinheiro para pagar o resto dos contadores que tenho para trás? A seguir também quero dizer..., referiu-se o Senhor Vereador que era por protocolos, já no mandato anterior deixou o Polidesportivo em Tó por fazer, diz que já não tinha dinheiro, que já não havia dinheiro, ficou para trás por fazer, porque é que então não apareceu neste mandato? Em segundo está o caminho de Tó/Vila de Ala, que já foi candidatado, pagando eu mais o Senhor António Mora, pagando os projectos do caminho que nos custou na altura seiscentos contos, ainda hoje estamos sem saber se o caminho é feito, ou não; no dia 30 de Abril, que foi dia de uma Assembleia, fui eu com eles, onde disseram que veio o Engenheiro de Chaves, que o caminho tinha sido aprovado, certamente não há aprovação nenhuma, nem se sabe quando é que vai ser feito, mas aparece lá por exemplo o de Saldanha/Valcerto, esse apareceu em primeiro lugar; ando a alargar o caminho que vai da subestação ao Variz, que vai lá em cima à britadeira, andamo-lo a alargar com cinco metros, os proprietários não querem dinheiro mas temos que lhe vedar os prédios, onde é que vou buscar dinheiro para lhe fazer as vedações? Com dois mil euros por ano? Peço que façam reparos sobre isto”. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “dirigir-me aqui ao líder da bancada parlamentar do PS Aníbal Moreno para lhe dizer o seguinte: de facto eu não vim aqui dizer aquilo que foi a sua interpretação, aquilo que eu vim dizer aqui, é que houve em determinados momentos desta Assembleia Municipal muitos Presidentes de Junta queixarem-se do facto de..., não havendo critérios de distribuição, até dava a ideia que..., e o Aníbal Moreno acabou precisamente por confirmar essa ideia, dizendo que neste momento Bemposta estava a ser beneficiada com o apoio nas obras do cemitério quando no mandato anterior assim não foi, e portanto isso significa que de facto é preciso ter critérios de mostrar o que é que estamos dispostos a gastar, até quanto e como, depois também ficou aqui claro (**fim da gravação na presente faixa da banda magnética**) ...o que eu quero acreditar..., isso só na cabeça das pessoas, penso eu, porque de facto o que acontece é que tem que haver prioridades e que tem que se atender às obras que são prioritárias independentemente da Junta de Freguesia que pretende fazê-las, e isso pelo vistos está garantido, está a ser feito, e foi aqui dito e

afirmado. Portanto nesse sentido apelo à bancada do PSD que é razoável protocolar estas verbas, há o compromisso da Câmara de que os quinhentos mil euros vão ser gastos, portanto nós iremos votar favoravelmente”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “na sequência desta e doutras intervenções a Câmara deliberou por unanimidade aprovar a referida proposta, bem como a minuta de protocolo e decidiu submeter (*ouviram-se vozes*) a Câmara pede para intervir”. -----

► **ANTÓNIO PIMENTEL** usou da palavra e disse: “explicar aqui algumas incongruências, que eu acho pelo menos que são incongruências, como nomeadamente a que é referida em relação a que não se apoiou o cemitério na Junta anterior e que se apoiou nesta, felizmente que a Junta anterior conseguiu fazer o trabalho que tinha a fazer, que foi legalizar o terreno, devo dizer que compraram o terreno, creio que até a pessoas ligadas à Junta, e não estava legalizado, não estando legalizado não podíamos financiar, mais, para agora fazer a obra, venderam aquilo de tal maneira que é preciso, só se pode lá colocar a pedra com autorização do dono do terreno que vendeu, da restante propriedade, para poder passar para lá com os materiais, o que acontece é que entendemos que a obra, para já é megalómana aquela obra que foi iniciada, é uma obra que jamais qualquer Junta teria capacidade financeira para a fazer tal qual se iniciou, e que se calhar, e isto foram palavras da actual Junta, se calhar se a obra não estivesse iniciada nem tão pouco havia necessidade de a fazer, porque o cemitério tinha disponibilidade de campas suficientes, agora a obra está a meio, não pode ser deixada a meio, depois dizer ao Dulcíneo que tem muito boas razões para estar satisfeito porque com os dois Executivos que passaram e com este, com este já teve um protocolo para o Museu da Máscara, mas nos Executivos anteriores foi contemplado com estrada, foi contemplado com a identificação da localidade, foi contemplado com o Parque de Merendas da capela de Nossa Senhora (*ouviram-se vozes*), exactamente, que foi um investimento pedido pela Junta de Freguesia e que foi um investimento vultuoso, portanto uma freguesia com uma única localidade, que tinha as ruas repavimentadas do mandato anterior do Doutor Francisco, que nós fizemos o que fizemos, acho que é uma Junta de Freguesia e uma localidade que não tem muito por onde se queixar, mas acho bem, as pessoas nunca se devem dar por satisfeitas e portanto devem pedir sempre mais um bocadinho, eu também sou assim, gosto de pedir sempre mais um bocadinho, mas fundamentalmente deixar esta referência em relação à questão de neste momento estarmos a protocolar a conclusão do cemitério de Bemposta; porquê? Porque ele está em condições neste momento de ser protocolado”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “Senhor Deputados isto é só para fazer uma consideração no geral, Dulcíneo, uma vez que te foram lá limpar os caminhos, estás a ver que este protocolo te

vai proteger, este protocolo vai-te permitir fazer quatro protocolos em cada ano seu, está-te a proteger homem, está-te a proteger a ti que tens sido um privilegiado, propões aqui que se façam reuniões com os Presidentes de Junta, a gente percebe-te muito bem, mas nós em cada protocolo que assinarmos, estamos reunidos com o Presidente de Junta que pode dar todas as suas opiniões e dizer aquilo que quer. -----

-----Quanto ao Senhor Deputado Ilídio Rito devo-lhe dizer que temos andado de facto a gozar com as Juntas de Freguesia, gozámos a freguesia de Bruçó, gozámos a freguesia de Urrós, gozámos a freguesia de Bemposta, etc., etc. ..., é ver como estão hoje as Juntas de Freguesia, andámo-las a gozar, têm em Peredo uma aldeia que é bonita, tem tudo, ou quase tudo, andámos a gozá-la e assim sucessivamente, andámos a gozar as Juntas de Freguesia, há com certeza Juntas de Freguesia que não têm tudo da mesma forma, porque eu ainda não acabei os meus mandatos de Presidente da Câmara, fica a saber, agora dizemos posições de força, cautela com as posições de força, porque vós pertenceis a um partido em que as posições de força nunca levaram a nada, homenagem seja feita ao Senhor Primeiro Ministro em muito aspectos, noutros terrivelmente negativo. -----

-----Belmiro, sim senhor falta o ponto 2, falta mesmo. -----

-----Quanto ao Deputado Aníbal Moreno nos dois mandatos anteriores, creio que foi antes de eu entrar, distribuiu-se lá o dinheiro que se distribuiu, mais do que aquele se tem distribuído, bem, no entanto não vi nada nas Juntas, encontrámos as Juntas como encontrámos, e se quiser alguns exemplos, digo, portanto isto só para dizer favorecimentos ao PS, favorecimentos a este..., Saldanha, nada, nada, Vila de Ala nada, Tó nada, não sei para onde foi o dinheiro. -----

-----José Maria Preto queria-lhe dizer que aqui não há guerra nenhuma, aqui há uma proposta que a Câmara faz através do Vereador dos pelouros, ela ou é aceite, ou não é aceite, eu como Presidente da Câmara, e creio que os restantes elementos, aceitam a decisão que a Assembleia tomar dado que ela é vinculativa. -----

-----Manuel Preto, o problema é este, o caminho para Vila de Ala tens toda a razão, faz falta um caminho para Vila de Ala, vens aqui com a força do de Saldanha/Valcerto, se calhar até tens razão, Valcerto é a terra do Pimentel, Saldanha, eu creio que nem há lá votos dos outros partidos, votam em mim atirei-lhe com o caminho para Saldanha, é capaz de não ser isso, e depois as vedações do caminho, não sei quanto custam as vedações do caminho, não sei quanto custa fazer aquelas paredes, mas ainda há pouco tempo se passou aqui uma coisa interessante, foi alguém que veio do público atacar, ou dizer aquilo que se passava sobre um muro que tinha dois metros e quarenta de altura, já lhe mandei a resposta, a resposta à minha resposta foi mandar aqui a esposa a dizer *eu quero pagar já porque*

não houve nada, portanto vamos quantificar o que custam esses caminhos, o que custam essas paredes, que é para podermos saber com o que contamos, não é por acaso, de maneira nenhuma que a Câmara de Mogadouro tem as suas contas em ordem, não é por acaso, é porque de facto tem alguma gerência positiva”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “este ponto já está a ultrapassar o tempo em não sei quantos minutos, eu pedia a vossa paciência, o Senhor não se inscreveu no ponto, o Senhor quer intervir porque o Senhor Vereador, ou o Senhor Presidente da Câmara, ou o Senhor Presidente da Junta proferiu alguma palavra afecta à sua linha de pensamento, que o Senhor por ventura não concorda, (*ouviram-se vozes*), para lhe permitir a si tenho que permitir aos outros todos, então não permito a ninguém, peço desculpa, aprendam a intervir nos momentos certos, é uma coisa que eu lhe peço, e não me embaracem, a mim não me custava nada dar-lhe a palavra, mas depois o Senhor vai argumentar, depois outros querem contra argumentar. -----

-----Dizia, eu há bocadinho que a Câmara nos pede para submeter o assunto à aprovação da Assembleia, a Câmara já o analisou, já o votou por unanimidade, mas a Assembleia é soberana e fará aquilo que entender. Eu vou colocar o ponto à votação. Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila e sétima fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila, e sétima fila. Quem vota a favor faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila e sétima fila. Este ponto foi aprovado com quatro (4) votos contra, três (3) abstenções e quarenta (40) votos a favor. (*ouviram-se vozes*) Senhor Presidente do Grupo Parlamentar do PS a Mesa é soberana na sua decisão, se o Senhor tem algum problema reclama para a Assembleia, e eu ponho à votação. (*O Senhor Presidente do Grupo Parlamentar do PS disse: utilize as palavras correctas*) Eu utilizo as palavras correctas quando não as entendo sub-repticiamente, porque quando as entendo como elas são colocadas com fidelidade e com amor à causa eu entendo-as todas. -----

-----Vamos entrar no ponto **2.10 *Análise e deliberação sobre “Designação de um Representante para integrar a Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal de Mogadouro”***. -----

-----Temos uma proposta que eu passo a ler, mas aceito mais propostas se entretanto me aparecerem, o grupo parlamentar do PSD propõe para designação como representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal de Mogadouro os seguintes membros: efectivo – Bruno Alexandre Lagareiro Amador, suplente – Antero Augusto Neto Lopes, os proponentes, assinado;

temos a proposta B, designação de um representante para integrar a Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal de Mogadouro, Domingos Alfredo Fernandes Amaro, PS, assinado; vamos pôr à votação, quem vota na lista A faz favor de se levantar, primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila e sétima fila, lista B, quem vota a favor, primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila e sétima fila, quem se abstém faz favor de se levantar, primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila e sétima fila; o resultado da votação é o seguinte: lista A trinta e quatro (34) votos a favor, lista B oito (8) votos a favor e cinco (5) abstenções. -----

-----Vamos passar para o ponto **2.11 *Análise e deliberação sobre “Constituição do Conselho Municipal de Educação”*** -----

► **VICE-PRESIDENTE** usou da palavra e disse: “isto foi aprovado pela Câmara Municipal, tem que vir à Assembleia Municipal para obter aprovação da sua constituição, é só isso que aqui está, é os Senhores concordarem, ou não, com a proposta que aqui apresentámos”. -----

► **ALTINO ALEIXO** usou da palavra e disse: “isto falar de educação é um bocado complicado, penso que sou o único inscrito do Grupo Parlamentar do PS, irei ter cinco minutos, vou com calma para ver se consigo expressar-me bem, para ver se contribuo para alguém sair daqui mais elucidado sobre este assunto, em primeiro lugar quero-lhes dizer que a educação... acho que é o (?) de todas as coisas, e eu como Socialista, e o PS tem tido a educação sempre em primeiro lugar, pena foi, na minha modesta opinião, que não tivesse aguentado mais uma senhora que segundo dizem as más-línguas parece que já deu cabo de três, ou quatro homens, portanto segundo parece era uma mulher de peso. -----

-----Outro assunto, eu não sou muito velho, mas sou do tempo em que a pessoa que sabia mais na escola era o Professor, agora reportando-me concretamente ao Concelho Municipal de Educação, que de facto muitas pessoas dizem que é importante, que é um órgão importante, penso que sim, penso que é um órgão importante, eu há dois, ou três anos tenho feito parte desse órgão e reuniu duas vezes, e para alguém ter a noção do que lá se discute, o qual era presidido pelo Senhor Vereador e Vice-Presidente João Henriques, eu tive algumas intervenções, mas penso que uma das mais relevantes foi a seguinte: como sabem o plano anual de transporte das nossas crianças para as escolas, quem paga os transportes é a Câmara Municipal, e o Conselho Municipal de Educação faz, ou aprova, vindo do Agrupamento de Escolas, o que sei é que o plano anual de transporte de escolas é discutido no Conselho Municipal de Educação, são circuitos, eu posso-vos ler aqui um itinerário, um itinerário era Sanhoane, Saldanha, Castanheira, Vilariça, Variz e Mogadouro, da parte da manhã, e de tarde iria ser Variz, Vilariça, Sanhoane, Saldanha e Castanheira, este circuito,

penso eu, foi o que foi alterado, e foi alterado, bem ou mal não sei, mas foi alterado porque eu tive essa intervenção no Conselho Municipal de Educação, perante esta explicação eu fiquei um bocado indignado porque...devido à Associação de Pais, para aqueles que não sabem é assim, entrou-me uma filha para a escola, e deixem que eu lhe dê um pequeno toque, nós queremos que os nossos filhos tenham as melhores condições, quer de transporte, quer de alimentação, quer de educação, de tudo, e como sabem este Executivo está na Presidência da Câmara há mais de ...como sabem em 1999/2000 houve um grupo de pessoas, professores, pais e outros que ameaçaram vir à Câmara Municipal, e acho muito bem, para reivindicar melhores condições na escola primária do bairro onde funciona, com certeza que elas deviam ter razão, isso continuou, mas agora devo também agradecer a quem de direito, e a quem contribuiu para isso, para o início das obras que estão a iniciar-se no novo pólo de educação, perante essa situação eu falei com o Professor José Maria para ver como é que isto funcionava, de pais, porque devia-se conversar para resolver determinados assuntos, e o Doutor José Maria lá me informou o melhor possível, o que eu lhe agradeço, e chegou uma determinada altura em que me disse que iria haver uma eleição para a Associação de Pais, agradeçi-lhe por me ter informado, de facto recorde-me que nesse dia eu estava no Porto com os meus familiares, e não almocei com eles no domingo para estar aqui às três da tarde numa reunião (*o Senhor Presidente da Assembleia interrompeu e disse: Senhor Deputado não transforme isto em relatório queira concluir que já vão cinco minutos*). Para concluir perante estas situações todas acontece que a Associação de Pais funcionou durante algum tempo, e como muita gente sabe, que está integrada nesses assuntos, nessas situações, inclusivamente o Doutor José Maria, o Doutor João Henriques, a Câmara Municipal, sabem que deixou, penso eu que sabem que deixou de funcionar, tendo uma única pessoa legal, e está legal pelo simples facto que ainda não encontrou forma legal de deixar de exercer o cargo, que é o Presidente da Assembleia, o Presidente da Assembleia sou eu; entretanto tiveram que se eleger uns órgãos para o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Mogadouro, houve uma reunião geral onde essas pessoas foram eleitas; resumindo e concluindo, quando os documentos desta Assembleia me aparecem, e eu vejo esta folha, fico com alguma indignação, peço esclarecimentos a quem o fez, deu-me os esclarecimentos que deu, eu aceitei da forma que aceitei, mas de facto isto não tem validade nenhuma, para mim não tem validade nenhuma, ao não ter validade nenhuma quero informar esta Assembleia que de facto, perante isto eu não vou votar a favor, nem vou (?) este Conselho”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “chamo atenção dos Senhores Deputados que se pronunciem relativamente ao ponto que está em agenda”. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “queria nesta intervenção dirigir-me pessoalmente ao anterior orador, Engenheiro Altino para lhe dizer o seguinte: como cidadão, como Professor, e agora como Director do Agrupamento de Escolas tenho o maior respeito e admiração pela anterior Ministra da Educação, Doutora Lurdes Rodrigues, e registo com desagrado a sua intervenção aqui a respeito dessa Senhora Ex-ministra da Educação, penso Engenheiro Altino que foi uma intervenção infeliz da sua parte, mas pronto, acontece. Relativamente ao esclarecimento que pretendia dar a esta Assembleia, penso que ninguém entendeu nada, porque o que está aqui em discussão é única e simplesmente a constituição do Conselho Municipal de Educação, agora tudo o resto tem a ver com a Associação de Pais, legalidade, não legalidade, tem que resolver com os pais, não é agora aqui a propósito da constituição do Conselho Municipal de Educação, porque ninguém ficou de facto minimamente informado. ----- Agora em relação à constituição do Conselho Municipal de Educação eu tenho aqui duas considerações a fazer, e não tem tanto a ver com as entidades que estão representadas e as pessoas que vão representar essas entidades, porque de facto foi assim que se decidiu, o que está aqui em causa é o nome de algumas pessoas que por ventura já não poderão representar, já não poderão ser votadas estas pessoas, nomeadamente o Doutor Alcídio Castanheira, porque entretanto foi substituído pelo Doutor Luis, penso que seria bom esclarecer os nomes que passam a representar essas entidades, porque alguns já não são estes, sei que o Doutor António Leite, Director Regional terá indicado o nome do Doutor Alcideo Castanheira, mas neste momento é o Doutor Luis Martins que representa, era só esta consideração, não sei se o Senhor Reis do Centro de Emprego também está nesta situação, chamo atenção só para isto. E é evidente que nós vamos votar favoravelmente”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “o que é que o Senhor deseja? Eu ainda não dei a palavra à Câmara, ainda vou dar. Pergunto à Câmara face às questões que foram apresentadas, relativamente aos nomes que deviam fazer parte, ou não devia, se quer responder, se não quer já lhe dou a palavra”. -----

► **VICE-PRESIDENTE** usou da palavra e disse: “Senhor Presidente em relação as nomes não nos diz respeito a sua indicação, nós só indicamos entidades, e resta-nos colocar os nomes que os responsáveis das entidades nos mandaram, eu bem sei que o Professor Alcídio Castanheira, neste momento já não está na coordenação da área educativa, no entanto não temos outra indicação por parte da DREN, a DREN diz é o Doutor Alcídio Castanheira, e a gente tem que o lá pôr, agora aquilo que aqui efectivamente é aprovado são os órgãos, as instituições, a qualquer momento eles mandam uma cartinha a dizer já não é o Doutor Alcídio Castanheira, é outro Senhor, e portanto tudo bem, é só isso que aqui está, e

não mais do que isso. -----
-----Em relação à Associação de Pais é rigorosamente o mesmo, está aí mencionado quantos representantes tem a Associação de Pais, a Associação de Pais é que os indica, não somos nós que os escolhemos, diz que é o Senhor A ou a Senhora B, e nós a bem colocamos lá, e nada mais do que isso, se não concorda também o Engenheiro Altino, tem uma oportunidade que é falar com o Presidente da Assembleia dos Pais e pôr-lhe a questão, e ver como é que resolve, julgo que é a mesma pessoa”. -----

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “só uma pergunta à Câmara, na pessoa de quem tem as funções delegadas, verifico aqui pelos documentos que nos enviaram, a vária correspondência em que cada entidade que foi consultada, apresentou o nome para o Conselho de Educação, mas verifico que com respeito à Associação de Pais estão referidos dois nomes (**fim da gravação na presente faixa da banda magnética**) ...pelo menos vejo a indicação de um, mas do outro nome não vejo cá nenhuma carta a indicar que é mais este nome, não sei o que é que se passa (*ouviram-se vozes*) não só indica este, mas a Câmara acrescentou mais outro, porque não vejo correspondência nenhuma a indicar mais outro (*o Presidente da Assembleia interrompeu e disse: é um*) são dois que estão aqui”. -----

► **VICE-PRESIDENTE** usou da palavra e disse: “por indicação oral da própria representante, quando foi dito que era para indicar dois, e só vinha um, indicou o outro, e foi mencionado”. -----

► **ALTINO ALEIXO** usou da palavra e disse: “vou tentar ser mais explícito agora, visto que ninguém quer saber do antes, nem do depois, eu tenho a dizer só o seguinte: eu vou votar contra esta constituição do Conselho Municipal de Educação, porque isto está ferido de ilegalidade, e perante isso quero dizer para lerem o Decreto-Lei 75/2008, o artigo 14, e depois os estatutos da APEMØ quero que leiam porque há pessoas que sabem muito disto, mas nas reuniões da APEMØ que foram convocadas, que têm filhos na escola já há muito tempo só apareceram lá uma vez, eu só os vi lá uma vez, uns foi para fazer barulho, e outros foi para defenderem alguns interesses deles, só os vi lá uma vez, inclusivamente estavam lá pessoas que tinham familiares directos, doentes, bem doentes, e eles estavam lá, não sei porquê, como era isto tão importante, só era importante essa vez, e não houve mais importância nenhuma, havendo muitas outras reuniões. Perante isto gostava que vissem nos estatutos da APEMØ, gostava que tivessem em conta o artigo 6, 7, 9 e 10, e depois perante isso iriam decidir sobre este assunto, eu irei decidir em consciência com o conhecimento de causa, vocês com certeza irão fazer aquilo que lhes disserem, ou aquilo que tiverem na vossa consciência, isto aqui não é nada, rigorosamente nada, isto é uma ilegalidade, e outra coisa, já agora Senhor Presidente, ou Director do Agrupamento de Escolas (*o Senhor Presidente da Assembleia*

interrompeu e disse: ele está aqui na qualidade de Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, e é nesse sentido que a ele se deve dirigir, não está aqui noutras funções) Senhor Deputado, e Senhor Líder Parlamentar do PSD Senhor Doutor José Maria, com quem tenho grande prazer de falar nalgumas vezes, tenho-lhe a dizer que de facto, quando as cartas são dirigidas à Associação de Pais, o Senhor como sabe, como me disse, dirige-as à Associação de Pais, dá-lhe o seu seguimento normal, mas deixe que lhe diga, eu não, Deus me livre a mim de ter maus pensamentos, mas o tratamento não é dado sempre da mesma forma”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “dei a palavra a um, tenho que dar ao outro, é óbvio, o que é que eu vou fazer agora, espero que seja rápido”. -----

► **JOSÉ MARIA PRETO** usou da palavra e disse: “Engenheiro Altino, olhos nos olhos, diante de toda a gente, é o seguinte: tive um requerimento da Câmara Municipal para eu fazer chegar à Associação de Pais a indicação dos nomes para o Conselho Municipal de Educação, como não é um assunto que tenha a ver com a escola, mas com a Associação de Pais, eu devolvi, despachei para a Associação de Pais, e foi a única vez em que eu tive que fazer um despacho no âmbito da Associação de Pais, não há aqui maneira diferente de despachar, seja para quem for, porque isso nunca aconteceu, que fique claro, só uma vez é que eu tive que despachar, não há tratamento diferente nenhum nas coisas, nem me meto nessas coisas”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “vamos pôr à votação o ponto 2.11. Quem vota contra faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila e sétima fila. Quem se abstém faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila e sétima fila. Quem vota a favor faz favor de se levantar. Primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, sexta fila e sétima fila. Aprovado por maioria com um (1) voto contra, três (3) abstenções e quarenta e três (43) votos a favor. (*ouviram-se vozes*) não se levantaram? Eu estou de pé, têm que se levantar também. Muito obrigado. Nós somos os últimos a votar, é o que diz a Lei. -

-----Vamos passar ao ponto **2.12 Outros Assuntos** -----

-----Quem desejar inscrever-se ..., enquanto procedem à inscrição, eu peço desculpa, porque no período antes da ordem do dia teríamos mais um Voto de Pesar, passou-me despercebido e a posteriori chegou-me aqui um Voto de Pesar, se não se importam vamos votá-lo, que é para constar em acta, e depois continuamos os trabalhos; Voto de Pesar – A bancada do PSD propõe um Voto de Pesar pelo falecimento do Pai do Senhor Presidente da Junta de Travanca, e membro desta Assembleia, Senhor Luis Carlos. (*Ouviram-se vozes*) retiro a bancada do PSD, pela Assembleia, acho que neste caso, se a deliberação for nesse sentido. Quem vota contra faz favor de se levantar. Quem se abstém faz favor de se levantar. Aprovado por

unanimidade. Então em vez de ficar a bancada do PSD, pomos a Mesa da Assembleia Municipal que representa a Assembleia. -----
-----Vamos então às intervenções”.

► **DOMINGOS AMARO** usou da palavra e disse: “ vou procurar ser sintético, venho aqui falar em nome do Grupo Parlamentar do PS, embora me permita que tenha que personalizar um pouco a intervenção para justificar aquilo que vou dizer. Há uma... estamos quase com... dizem que a democracia... ainda não temos experiência democrática, mas já vamos com trinta e seis anos, já temos quase tanto de experiência democrática, como de experiência de ditadura, e portanto já era tempo então de ganharmos essa experiência democrática; eu se calhar tive o privilégio de morar numa residência universitária onde havia comunistas, havia socialistas, havia de extrema-esquerda, e havia inclusivamente quatro, que nós chamávamos fascistas, três deles assumidos por necessidade, se calhar, e um deles assumido por convicção, e tínhamos alguma cumplicidade, respeitávamo-nos todos, isto antes do 25 de Abril, atenção, e só soubemos no dia 26 de Abril que o nosso Director, o Doutor João (?), era da PIDE, porque estava em Caxias no dia 26 de Abril, preso ..., se calhar era um PIDE desatento porque não notou algumas coisas que se passavam por lá, mas havia alguma cumplicidade, era este tipo de tolerância democrática que nós ainda hoje respeitamos, que nos encontramos todos os anos para um jantar e passar uns dias e ..., isto é para chegar aonde? É que não é pecado ser PS, não é pecado ser do CDS, não é pecado ser do PSD, ou da UDP, ou do que for preciso, e não é pecado mudar de partido na devida altura, o Doutor Durão Barroso foi do MRPP, hoje é do PSD, houve várias pessoas que mudaram, o Sócrates era da JSD, o líder Parlamentar do PSD, soube ontem nas notícias que foi do CDS, agora o que já é pecado, se calhar traição é uma pessoa ser apoiada por determinado partido para ser eleita e depois mudar, o caso concreto do Senhor Garcia, que teve um partido a apoiá-lo, a correr atrás dele e neste momento mudou de bancada, em nome da bancada do PS queria pedir ao Senhor Presidente que retirasse definitivamente a cadeira da nossa bancada e avisava-o de que provavelmente poder-lhe-á acontecer alguma situação como nos aconteceu a nós de qualquer dia não ter o Senhor na sua bancada também”.

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “já dizia o nosso amigo ex-presidente da República Mário Soares, *só não muda quem é burro*, portanto essa responsabilidade é dele, eu não comento, (*ouviram-se vozes*) eu lembro-me de numa altura o Doutor Mário Soares dizer assim: *mudanças... só não muda quem é burro*. Tem a palavra o Senhor Deputado Moreno, tenha a bondade”.

► **ANÍBAL MORENO** usou da palavra e disse: “no fundo a minha intervenção é para reconhecer a ..., que deu o Senhor Vereador na anterior Assembleia Municipal e que eu fiz questão que essa informação teria que

ser dada até determinada data, que creio que seria até Setembro, e o Senhor Vereador informou que o Ministério das Finanças lhe tinha comunicado que neste ano podia ser até 30 de Dezembro, reconheço..., o Senhor Vereador teve o cuidado e a amabilidade de me mandar o ofício dessa comunicação, e portanto reitero aquilo que foi afirmado pelo Senhor Vereador, de facto o ano de 2009 era possível apresentar alteração de Taxa de IML até 30 de Dezembro, como foi comunicado pelo Ministério das Finanças à Câmara Municipal, a afirmação que eu fiz na altura, em que dizia que era até 30 de Setembro é a Lei geral, este ano houve uma ressalva, e de facto o Senhor Vereador tinha razão e por isso estou aqui a retratar a afirmação que fiz na altura”. -----

► **JOSÉ LIMA** usou da palavra e disse: “ eu queria fazer duas pequeníssimas intervenções, queria solicitar a V. Exa. Senhor Presidente da Assembleia que informasse o Senhor Presidente da Câmara das condições de trabalho que o nosso Grupo Parlamentar enfrenta nesta Assembleia, não temos uma visualização entre nós mercê da nossa posição, e não temos condições de observar juntos os vários temas a discutir, portanto Senhor Presidente urge modificar esta situação, ou mudarmos para outro local. -----
-----A segunda intervenção era uma pergunta que observei na internet no Jornal Público, em 10 de Fevereiro de 2010, que diz o seguinte: *Instituto Nacional da Aviação Civil investiga gestão do aeródromo de Mogadouro, aberto inquérito ao Director na sequência de queixas de Pilotos a quem foi recusada a utilização da pista*, queira V. Exa. informar”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “ por aquilo que eu percebi são duas propostas transformadas em dois pedidos, um é para dirigir o pedido, o Senhor Presidente ouviu, de qualquer das formas nós vamos-lhe fazer comunicar por escrito, para ele nos responder por escrito, se ainda quiser fazê-lo agora..., sobre as melhores condições de trabalho nesta Assembleia, ou seja dar a maior dignidade a todas as pessoas que aqui trabalham, eu também estou preocupado relativamente a isto, temos uma força partidária que quase não tem espaço, o Senhor Presidente também está, e penso que ele está a estudar conjuntamente com a sua equipa a melhor solução para darem esta resposta, não a deu, não a poderá dar, eventualmente dentro de algum tempo a poderá dar. -----

-----Sobre a outra questão que o Senhor também apresentou, a Câmara dar-lhe-á a resposta agora, se entender, senão far-ma-á chegar por escrito, e eu encaminhá-la-ei ao Senhor Presidente do Grupo Parlamentar”. -----

► **ILÍDIO MARTINS** usou da palavra e disse: “só duas considerações, a primeira, lamentar que uma petição ou uma exposição de um Município só tenha sido respondida sete meses, e sete dias depois, concretamente de Junho de 2009 a 8 de Fevereiro de 2010, foi o tempo que mediou entre a entrada da petição nesta Assembleia do Município, e a resposta que a Câmara lhe deu, acho um tempo demasiado extenso, independentemente da

razão, ou sem razão que o Município tem, ou das considerações correctas, ou demasiado explícitas até que estão contidas na resposta que lhe foi dada, acho um tempo demasiado complicado; também comentar que..., ainda bem que veio esta resposta embora contrariando um bocado aquilo que o Senhor Presidente da Assembleia disse da última vez, na última reunião aqui, que depois da exposição do Senhor Vereador Pimentel estava dada uma resposta cabal, esta palavra eu retive-a, o que é certo é que é uma das intervenções do Senhor Presidente da Assembleia que não veio transcrita na acta da última Assembleia, eu na altura quis ainda fazer alguma considerações, o Senhor Presidente retirou-me a palavra como já o tinha feito outra vez, contrariando o disposto no artigo 22 do nosso regimento, mas enfim já me habituei um bocado a isso Senhor Presidente, espero que daqui em diante não aconteça mais; também lamentar que o Senhor Presidente da Câmara tenha usado aqui a expressão *posição de força*, referindo-se à intervenção do Senhor Deputado Miguel Rito, por amor de Deus, Senhor Presidente, não se trata de uma posição de força, trata-se do exercício legítimo de um direito de discordar, não há posições de força, há expressões legítimas de direito de discordar, como aliás aqui se viu através de alguns Senhores Presidentes de Junta, não estou a dizer que depois a posição de votação tenha sido consentânea com as expressões que aqui tiveram, mas tiveram uma posição..., escondo as razões do seu descontentamento embora depois não as consubstanciassem na votação, mas isso cada um sabe as linhas com que se cose”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “em relação aos considerandos que fez a meu respeito..., não vou responder, não vale a pena, falo consigo em particular (*ouviram-se vozes*), então em público é assim, quando eu disse resposta cabal, se é que a disse porque o Senhor diz que não está na acta, eu emprego muitas vezes esta palavra, porque entendi que o esclarecimento foi total, se foi total, foi cabal, e tão total foi que se redimiui a ponto de já fazer a proposta à Câmara para comprar o terreno na base da proposta que fez, mas eu aí não me quero meter nisso até porque fui acusado de ser incitador a essa questão, injustamente, portanto eu não quero nem saber disso, só me preocupo com as questões que são colocadas aqui pelos membros da Assembleia, e dentro das minhas limitações como Presidente da Assembleia Municipal, questões particulares eu para aqui não as trago, fui atropelado que fui incitador, que andava ali, não sei quê, eu não, não fiz nada disso, uma independência total, a pessoa veio aqui por espontânea vontade, foi à Câmara por livre e espontânea vontade, a Câmara respondeu-lhe no timing que entendeu que devia, está respondido, se não está de acordo, volte cá as vezes que quiser, a mim não me faz diferença nenhuma, eu quero-me colocar de fora dessa questão”. -----

► **DULCÍNEO RODRIGUES** usou da palavra e disse: “dirijo-me ao

Senhor Presidente da Câmara, como normalmente, todos nós, reivindicações que apresentamos, e como ele nesse aspecto, enfim, a cabeça que vai à frente é sempre a que apanha mais, apenas em relação à minha freguesia, porque eu as questões que aqui trago, tenho obrigação de trazer aqui as questões da minha freguesia, e o Senhor Valdemar que é o Presidente da Junta Fabriqueira responsável pelo património religioso lá de Vale Porco numa conversa aqui há uns tempos atrás disse-me que já há oito anos que ele andava sistematicamente a meter um projecto para arranjar a casa que está junto à igreja, que era a antiga casa do Padre, e disse-me ele que sistematicamente todos os anos metia o projecto e que era recebido de uma forma muito simpática pelas pessoas da secção de obras da Câmara Municipal de Mogadouro, diz que o tratavam muito bem, que tratavam muito bem das coisas, mas esse projecto esbarra-se sempre, quando ele vem buscar a resposta, não foi considerado, vamos tentar novamente, e ele anda assim há uma série de anos, era importante poder reconstruir, reconstruir não, aquela casa está a precisar de um arranjo antes que lhe aconteça como a muitas outras lá na freguesia que já caíram, aquilo era a antiga casa do Padre e dava jeito que de facto fosse construída, portanto solicito ao Senhor Presidente que se houver alguma maneira de resolver a questão, Vale Porco vai-lhe ficar muito agradecido. -----

-----Depois tenho aqui um assunto sobre águas e fontes que me foi sugerido pela intervenção do Senhor Lima, da bancada do CDS, não pense que isto é alguma resposta ao seu assunto, tanto mais que isso são assuntos de Penas Roías, e eu não tenho nada a ver com eles, chegam-me bem, e dão-me muito que fazer os assuntos da minha terra para me envolver nos assuntos dos outros, mas de facto em Vale Porco tenho lá também uma série de fontes, algumas fontes, umas já recuperadas por nós, outras já em vigor, e apesar da Câmara Municipal aqui há uns anos atrás ter lá ido a instalar aquela placa *água imprópria para consumo*, as letras começaram a desaparecer, o i e o m foram as primeiras coisas que desapareceram, e imprópria passou a ser própria, e depois lá vão as placas, e neste momento já não há fontanário nenhum que tenha a ilustração; na sequência disso eu gostava de saber quais as minhas responsabilidades nesse aspecto, porque há fontes pelo termo fora espalhadas e as pessoas vão lá beber água, e supomos que aparece ali uma febre-amarela, ou de outra cor qualquer, e as pessoas acabam por dizer que a culpa é do Presidente da Junta porque devia ter lá posto uma placa a dizer que não se podia beber a água, eu gostava de saber quais são as minhas responsabilidades como Presidente de Junta, porque se eu tiver que ir a todas as fontes a pôr essa placa, então não chegam os dois mil euros, vou já reivindicar mais”. -----

► **JOSÉ MOURA** usou da palavra e disse: “para que não restem dúvidas aqui está a famosa placa, para além disso quero lembrar ao Presidente do Grupo Parlamentar do CDS que a todo o tempo pode apresentar sugestões, já

há quatro meses praticamente que tomámos posse, ainda não fez chegar nenhuma sugestão, lá porque não foi capaz de eleger ninguém para a Junta, pode apresentar sugestões que eu aceito-lhas, agora não me peça para comprar algum helicóptero, como na reunião anterior, isso não. Agora a minha responsabilidade já foi analisada e já me classificaram quatro vezes, por acaso ganhei as quatro, eu duvido que o Senhor Lima se tentar quatro vezes vá lá uma (*ouviram-se vozes*) se quiser responder vem aqui, eu já lá fui quatro vezes fui classificado pela competência e pela responsabilidade, fui lá quatro vezes, e ganhei as quatro vezes, o Senhor Lima estou convencido que se lá for quatro vezes, não vai lá uma”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “isto obriga a que ele tenha direito de resposta, eu acho que este tipo de diálogo devia ser evitado, ainda para mais são os dois da mesma terra”. -----

► **JOSÉ LIMA** usou da palavra e disse: “ Senhor Presidente da Junta o Senhor continua a bater numa causa perdida, sem objectividade, sem visão, sem se preocupar com as consequências que o seu acto causou, quero dizer-lhe que o Senhor Presidente da Câmara, digno elemento da área da saúde compreendeu logo a visão do meu depoimento, e o Senhor Vereador Pimentel disse-lhe que o Senhor só tinha feito duas coisas em Penas Roías, que foi fazer essa fonte, mal feita, e comprar lá um terreno qualquer, o Senhor Presidente ..., ao falar-se em dados que justificam portanto que manteve a água imprópria para consumo aberta, só revelou que não tem sensibilidade para com a saúde das pessoas, isto é um acto de saúde pública que está em jogo, e o Senhor só deve pedir desculpa de não ter aconselhado os elementos da Junta junto dos serviços competentes da Câmara Municipal, e reafirmo o Senhor não deve comprometer quem no Centro de Saúde lhe fez o favor particular de uma análise de água, isso é grave (*ouviram-se vozes*), então se foi paga devia apresentar essa análise, mas o Senhor com o capricho nada fez, e vem hoje dizer que vai lá pôr uma placa elucidativa que acabou de mostrar de água não controlada, isso devia ter feito logo, evitando que as populações, em especial as crianças a consumissem assim, vir agora fazê-lo é uma solução, mas peca por tardio, peca somente por não ter assumido a sua responsabilidade no acto que praticou”. -----

► **SANDRA MESQUITA** usou da palavra e disse: “ simplesmente a minha intervenção é simples e directa, apercebi-me que aqui há o problema de Comissão de Pais e representantes de Assembleias Gerais de Associações de Pais, o que me leva a crer, e é preocupante nos dias futuros e no presente é que sabedora que o Presidente, neste caso o Senhor Engenheiro Altino Aleixo como Presidente da Assembleia Geral da APEMO, preocupado com a situação escolar, preocupado com a situação dos pais, como é que me justifica convocar um dia de uma reunião num dia tão especial, que foi o dia de todos os defuntos, como convocou essa dita

reunião para comparência dos pais, é difícil compreender que neste dia, um dia que as famílias se juntam em honra de cemitérios em adoração dos seus queridos defuntos, um Presidente da Assembleia Geral da Escolas de Mogadouro convoque os referidos Pais para uma reunião de tão importância como é, então isto leva-me a crer que dias futuros como é que vai estar representada a tal Associação de Pais, eu como ainda não sou Mãe também me vou preocupar com situações como esta, não se pode deixar passar situações como esta; por isso eu gostaria que em seu nome justificasse essa situação”. -----

► **ALTINO ALEIXO** usou da palavra e disse: “Senhora Deputada a única coisa que lhe tenho a dizer é que na Associação onde eu sou Presidente da Assembleia existe democracia, não é como muitas outras, e por existir democracia é que essa reunião foi marcada para o dia dos fiéis, sabe porquê? Porque todos os membros que faziam parte dessa Assembleia Geral, na anterior, porque essa reunião para o dia de Todos os Santos foi marcada na Assembleia anterior, e todos os representantes da Assembleia concordaram nesse dia, foi devido a isso, eu pessoalmente expressei lá a minha ideia, que não achava um dia conveniente, mas como eu sou democrata e nas Assembleia Gerais é que se discutem (**fim da gravação na presente faixa da banda magnética**) -----

► **BELMIRO FERREIRA** usou da palavra e disse: “ ... em relação ao assunto do cemitério de Bemposta, venho aqui com esta explicação porque nesse dia presidi eu a Junta, no que concerne ao cemitério de Bemposta fui eu que presidi a Junta no dia em que foi tomada a decisão da compra, e só se comprava se a decisão tivesse a aprovação de todos os membros da Assembleia, honra seja feita foi aprovada por unanimidade por todos os membros, destaco a lealdade do interesse público de todos os membros da Assembleia da Freguesia de Bemposta e como era uma pretensão antiga do anterior Executivo em funções a decisão de compra foi de mil metros, e tem a seguir a referência que os proprietários tinham que ceder logo a partir daquela data esse terreno, é verdade que o terreno em causa está ligado ao antigo Presidente de Junta, para ficar claro, sou muito transparente nas minhas decisões, e gostaria que para ficar bem claro o Senhor Presidente de Junta que actualmente preside Bemposta enviasse à Câmara e à Assembleia a acta da decisão de Junta que se não me engano foi tomada entre Abril e Junho de 2007”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “o Senhor Presidente de Junta tem um mecanismo ao seu alcance que é a Assembleia de Freguesia, esse requerimento devia ser apresentado na Assembleia de Freguesia e o Senhor ia ter que responder perante a Assembleia de Freguesia à questão, mas ele fez-lhe aqui o desafio, queira ser breve também, mas isso é uma questão de Assembleia de Freguesia, não é uma questão de Assembleia Municipal (*ouviram-se vozes*), eu vou-lhe dar a

palavra Senhor Presidente da Junta”. -----

► **ANTÓNIO MARTINS** usou da palavra e disse: “o meu nome foi aqui falado, e eu vou-lhe responder em função daquilo que me solicitou, previamente, eu até teria todo gosto em lhe enviar a acta da reunião da Junta, se a encontrasse, acontece que a Junta de que o Senhor fez parte, não encontramos, nem actas, nem outra coisa, foi a Junta que encontramos; já agora Senhor Belmiro, e já que aqui estou, eu registava o facto de o Senhor estar aqui e de se poder dirigir pessoalmente a esta Assembleia e dizer aquilo que lhe vai na alma, e não ter que utilizar fax a ameaçar esta Assembleia, ou esta Câmara, como fez a Junta de que o Senhor fez parte, no passado, lamento também como fez há bocadinho aqui, que venha aqui a priori julgar já o trabalho dos Presidentes de Junta do Concelho, alguns com três, e quatro, e cinco mandatos, a chamá-los de contas de mercearia e por aí fora, quando o Senhor, na minha perspectiva, constitui o pior exemplo possível daquilo que pode ser um autarca local, na medida em que saiu em litígio com os membros da Junta de que fez parte, saiu a meio do mandato, e num clima de suspeição, eu lembro-lhe a situação do rabo entalado, que uns saíam com o rabo entalado, e os outros não, às vezes temos que medir um bocado as palavras quando falamos, devemos ver-nos primeiro ao espelho. -----

-----Em relação ao cemitério que também foi aqui falado, acho que o Vereador Pimentel disse tudo, eu assumo, assumi-o em campanha eleitoral, assumi-o no comício, se a obra do cemitério não estivesse lançada, que o Senhor disse que foi uma opção política da Junta, porque o aumento do cemitério em Bemposta, na minha perspectiva não se justifica, e é uma obra onde se gastam para cima de cem mil euros, com certeza, com o que já lá está gasto, e com o que se vai gastar, Bemposta não precisava daquela obra, portanto está lançada nós vamos concluí-la com certeza. -----

-----Em relação ao Cardal também aqui falou, eu concordo e compactuo com as preocupações que tem com o Cardal, eu lembro-lhe que os problemas do Cardal já não vêm de agora, podiam ter sido resolvidos quando quem vendeu os lotes que a EDP lhe deu tem reinvestido o dinheiro no Cardal, isso é que tinha sido uma boa política, lembro-lhe o que esta Câmara está a fazer com o loteamento em Bemposta, vende os lotes e reinveste o dinheiro nessa zona, isso é que é diferença no tratamento”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “dava a palavra à Câmara para..., se entender responder às questões que foram apresentadas (*ouviram-se vozes*), o Senhor ..., já lhe dei a palavra para se defender, defendeu-se, já usou da palavra, sim eu dei-lhe a palavra, agora dei-lhe a palavra porque o seu nome foi focado, dei-lhe a palavra, o Senhor falou (*ouviram-se vozes novamente*), eu dei-lhe direito de resposta não lhe posso é dar os que o Senhor quer, posso estar induzido em erro, eu perguntei aqui ao meu secretário quantas vezes é que o Senhor já falou,

disse que já tinha falado duas, e tem direito a uma como direito de resposta, posso estar induzido em erro, mas eu dou-lhe a palavra; Senhor Presidente não se importa que eu dê a palavra por um minuto, faz favor, nós estamos aqui para rectificar o que for necessário”. -----

► **BELMIRO FERREIRA** usou da palavra e disse: “ solicito que o Senhor Presidente de Junta de Bemposta se retrate das acusações graves que fez, e solicito mais, solicito ao mesmo que a partir desta data apresente uma queixa-crime no Ministério Público de Mogadouro contra a minha pessoa se eu cometi alguma irregularidade pública em gestão da causa pública, é dever moral perante as afirmações aqui proferidas não o fazer”. -----

► **PRESIDENTE DA CÂMARA** usou da palavra e disse: “ Senhor Lima as condições de trabalho desta Assembleia estão a ser estudadas, se houver uma oportunidade melhor, tanto melhor, senão é um problema; quanto à posição que põe sobre o aeródromo, o Doutor João Henriques vai explanar sobre o assunto, dado que está mais dentro do problema. -----

-----Quanto ao Deputado Ilídio Martins, sete meses para responder, eu primeiro creio que não há prazos propriamente para responder a essas situações, em segundo lugar lembro-lhe que em Outubro logo surgiu campanha eleitoral, e essas coisas todas, e também não lhe vou falar nos meus problemas pessoais, só lhe vou dizer que..., também não adiantava nada a não ser o esclarecimento do problema em si, porque de resto não ia alterar nada. -----

-----Quanto à posição de força, as posições são de força, é como a gente quiser (*ouviram-se vozes*), evidentemente, deixa-te dessas coisas porque isso nem te dá, nem te tira força. -----

-----Dulcíneo dizes que tens o direito de falar sobre a Junta, tu não tens o direito, tu tens o direito e o dever, quando vens aqui pôr os teus problemas eu considero-os imensos, daí até dizer assim: vamos fazer a vontade ao Dulcíneo, isso é outra coisa, porque se fossemos fazer aqui a vontade a todos os Deputados, a todos os Presidentes de Junta, vê lá se consegues arranjar dinheiro para isso, que eu faço-te logo a vontade. -----

-----Projecto de recuperação da casa, os projectos têm que estar consentâneos com as exigências da Lei, com as prioridades, e essas coisas todas. -----

-----Água imprópria para o consumo, o que é que te vai acontecer se alguém beber daquela água e ficar doente? Já ouviste aqui o Senhor Lima dizer a responsabilidade que tens, andas aí há anos também e não cortas lá a fonte”. -----

► **VICE-PRESIDENTE** usou da palavra e disse: “telegráfico, foi referida aqui pelo Senhor Lima uma notícia que saiu no Jornal Público, julgo que no dia 10 deste mês, e em que há uma incorrecção logo imediata em relação ao título e à notícia, diz assim o título: *gestão do aeródromo posta em causa*, mas depois a notícia diz que é o Director do aeródromo, afinal é

o Director, não tem nada a ver com a gestão, tem a ver com o Director do aeródromo que tem ou não um processo no INAC por algumas respostas que deu, (*ouviram-se vozes*) pois, eu sei, eu conheço-a, por isso eu estou a dizer que o título nem tem nada a ver com o resto da notícia, espero que tenha lido o resto da notícia para ver (*ouviram-se vozes novamente*) ai não leu? (*risos*) Pronto, era para ver que não batia certo; aquilo que se passa é que há um conjunto, um Senhor, ou dois Senhores que escreveu primeiro para o tribunal de Mirandela, o tribunal de Mirandela não lhes deu razão, recorreram ao tribunal do Porto, que também não lhes deu razão, e depois a seguir recorre para o Provedor de Justiça, para o INAC, para o IGAL, para tudo quanto é sítio, pronto as pessoas têm o direito de escrever aquilo que querem, são uma empresa de Advogados de Coimbra, devem ter os Advogados Estagiários de colheita, e então vamos escrever, vamos embora, muito bem, e aparece uma queixa no INAC a dizer que o Director do aeródromo não deu resposta, não deu isto, não deu aquilo, e que não se deixa voar em Mogadouro, bem, eu quero dizer de uma forma muito clara o seguinte, esse Senhor fez um único pedido para voar em Mogadouro, que foi no dia 26 de Maio, do ano passado, um único pedido para voar em Mogadouro nos dias 10 a 13 de Junho, e nós recebemos nessa altura por parte da Chefe de Divisão do INAC, do Instituto Nacional de Aviação Civil, Doutora Conceição Amaral uma solicitação de encerrarmos o espaço aéreo nessa altura porque havia uma quantidade de actividades nos aeródromos aqui à volta, tal e qual como a volta ..., como parapentes, e então solicitava-nos até *os Senhores se puderem*, ela não tem poder para nos mandar encerrar o aeródromo, mas dizia *se os Senhores puderem encerrem o aeródromo para não haver confusão nestas coisas*, que foi aquilo que fizemos, não houve mais nada, esse Senhor não voltou a pedir rigorosamente nada, e depois diz *porque o Director do aeródromo não deu resposta, não disse quanto é que se pagava*, está publicado na nossa página da internet, *porque não nos deu o manual do aeródromo*, está na nossa página da internet, isto para nós o diz que disse não é nada, o INAC aquilo que faz é o seguinte, tem uma queixa e vai averiguar se aquela queixa tem razão, ou não razão, dentro de pouco tempo terei oportunidade de quando houver a resposta do INAC vir dar a justificação do tal inquérito de procedimento, que não da gestão, do inquérito de procedimento do Director do aeródromo que está em causa, acho que não tenho mais nada a dizer sobre isso e aguardamos”. -----

► **ANTÓNIO PIMENTEL** usou da palavra e disse: “muito rapidamente, só para me congratular com a resposta que o Senhor Presidente da Câmara enviou ao Senhor Presidente da Assembleia em relação às insinuações que o Senhor Humberto Gastão Camelo proferiu aqui nesta Assembleia, creio que se todos leram isso podem facilmente constatar o quanto ele foi injusto com o Executivo e nomeadamente na pessoa do Vereador Pimentel, está

tudo aqui muito esclarecido, e está aqui justamente as afirmações que eu fiz em relação ao que aconteceu lá em baixo no Parque Desportivo, acho que não restam dúvidas para ninguém que houve má fé ao vir aqui a esta Assembleia produzir as insinuações que produziu, termino dizendo que se o Município entende..., que diz que leva isto até às últimas consequências, eu aconselho-o a levá-lo e não a ir ao gabinete do Senhor Presidente através da sua esposa dizer o que o Senhor Presidente acabou aqui de dizer. -----

-----Para terminar dar uma informação que eu acho que é merecedora do vosso conhecimento assim como todas as outras, quero dizer que tínhamos assinado o contrato financeiro da primeira fase da recuperação da zona histórica de Mogadouro no montante de dois milhões, oitocentos e trinta e cinco mil euros, e para vos informar que ontem o Senhor Presidente teve a oportunidade de assinar o novo contrato financeiro, não é protocolo, no montante de um milhão, setecentos e cinco mil, cento e cinquenta e oito euros, e oitenta e oito cêntimos para a segunda fase da zona histórica, isto é que me parece de relevante importância para o concelho de Mogadouro, é assim que nós trabalhamos, e que vamos conseguindo com o nosso ensejo levar a água a Mogadouro. -----

-----É mais uma informação apenas também, é que tivemos ontem o conhecimento directo através do Gestor do ON, eventualmente este número poderá ser alterado assim como o do Centro Escolar, uma vez que poderá passar dum financiamento de 70% para 80%, o que alivia, e muito os cofres da autarquia”. -----

► **JOSÉ LIMA** usou da palavra e disse: “ era um esclarecimento que eu queria dar, ouvi para aí uns meus amigos dizerem que eu só lia as gordas, mas não, os Senhores para já têm que..., alguns com certeza não têm computador, nós para irmos buscar estas informações à internet temos que clicar no site e ter a password, então só vamos ter o tema, não podemos desenvolver o tema porque não temos a password para entrar, os Senhores se não sabem, não façam os comentários, tentem abrir a informação (*ouviram-se vozes*), isso são comentários que não lhe dizem respeito, peço desculpa”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** usou da palavra e disse: “ Senhor Deputado tenha calma, é um dever de qualquer Deputado ouvir com atenção o orador, quando o orador está a falar, pode ser, ou não ser do nosso agrado mas nós temos que ter todo o respeito, porque a dignidade dele é acima de tudo positiva porque vem falar. -----

-----Eu tenho aqui uma folhinha para distribuir, nós para esta reunião gastámos quarenta resmas de papel, e isto mais dia, menos dia tem que acabar, esse pedido parece-me que é no sentido de quem deseja por papel, ou por email, para nós fazermos depois a contabilidade do que é que vamos fazer, do que é que vamos propor aqui à Assembleia que se faça”. -----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA** passou ao último ponto da Ordem

de Trabalhos: -----

-----3. *Período de intervenção do público*-----

► **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, após verificar não haver público presente na sala, deu por encerrado este ponto dando de seguida a palavra ao Segundo Secretário da Mesa para que procedesse à leitura da Acta em minuta. -----

-----Finda a leitura da Acta o Presidente da Assembleia põe à votação a acta em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 92.º da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a fim de que tudo o que foi tratado nesta Sessão se torne executório imediatamente tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -

-----Às catorze horas e quarenta minutos o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, se lavrou a presente acta que eu, Maria Isabel Sarmiento Martins Preto, funcionária de apoio administrativo à Assembleia Municipal redigi e subscrevi. -----

A funcionária de apoio

(*Maria Isabel S. M. Preto*)

O Presidente da Assembleia Municipal

(*Ilídio Granjo Vaz*)

¹⁾ Esta acta é constituída por 30.100 palavras, distribuídas por 61 páginas e 2621 linhas *